



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SOCIOLOGIA

JULIANA NASCIMENTO SILVA

AS “CAROLINAS BERNARDENSES”: as experiências de mulheres negras no
mercado de trabalho doméstico

SÃO BERNARDO – MA
2025

JULIANA NASCIMENTO SILVA

AS “CAROLINAS BERNARDENSES”: as trajetórias de mulheres negras no
mercado de trabalho doméstico

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira.

SÃO BERNARDO – MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Juliana Nascimento.

AS CAROLINAS BERNARDENSES: : as trajetórias de mulheres
negras no mercado de trabalho doméstico / Juliana
Nascimento Silva. - 2025.

68 f.

Orientador(a): Ana Caroline Amorim Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo
- Ma, 2025.

1. Trabalho Doméstico. 2. Mulheres Negras. 3. São
Bernardo Ma. I. Oliveira, Ana Caroline Amorim. II.
Título.

JULIANA NASCIMENTO SILVA

AS “CAROLINAS BERNARDENSES”: as trajetórias de mulheres negras no
mercado de trabalho doméstico

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira – UFMA
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Orientador (a)

Profa. Dra. Amanda Gomes Pereira – UFMA
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Examinador (a)

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior – UFMA
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Examinador (a)

Dedico esta monografia à minha amada mãe Maria Ediana, que sonhou este sonho comigo e me ajudou para que ele se realizasse. Dedico também aos meus avós Bernarda (*in memoriam*) e Domingos, agradeço por vocês serem a minha maior fonte de inspiração, seus ensinamentos sempre moldaram quem eu sou. Sem vocês nada disso faria sentido, isso tudo é por vocês.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter chegado até aqui, por me ajudar a ultrapassar as diversas dificuldades encontradas ao longo da minha jornada acadêmica. Minha eterna gratidão, meu Pai Amado, por tudo que o Senhor tem me permitido viver.

Agradeço à minha mãe, Maria Ediana, e a meus avós Bernarda (*in memoriam*) e seu Domingos, por serem meus maiores exemplos, são minhas referências de amor e perseverança, caráter e bondade. Grata por seus conselhos, ensinamentos e apoio, sem vocês minha história não faria sentido.

À minha tia Mariles e seu esposo Milton, que torceram para que eu chegasse até aqui, sou muito grata por tudo que vocês fazem por mim.

Às minhas tias, Marlene e Severa, que muito me motivaram para concretização desse sonho, são meus exemplos de mulheres e profissionais. A temática dessa pesquisa é inspirada em vocês e nas suas lutas diárias.

Ao meu padrinho, Gilson, por cada palavra de apoio e incentivo sendo um grande pai para mim.

À minha tia Benedita, que é meu grande exemplo de professora, que ama o que faz. E à minha prima Ana Beatriz, que acreditou em mim e motivou-me nos dias desafiadores.

Aos meus primos Elielton, Elivelton e Robert, por suas palavras de motivação durante minha vida acadêmica, e por cada ajuda de forma direta ou indireta. Robert que toda semana me buscava e deixava-me na cidade onde eu estudava, serei eternamente grata. Elielton e Elivelton que muito me ajudaram comprando livros, minha eterna gratidão. Elielton, que me emprestou sua moto nesses anos finais dos meus estudos. Essa conquista é nossa, meus primos!!

Aos meus primos, Ana Cecilia, Laura, Luis Henrique, Wellyson, Jonas e Hanna, amo como se fossem meus filhos, com toda a inocência de criança motivaram-me nos dias difíceis.

Às minhas amigas, Carla Nauany e Kaniele, que foram minha rede de apoio durante esses anos na universidade. Obrigada, amigas, pelo companheirismo, amizade e por terem tornado esses momentos menos cansativos e mais alegres. Vocês sempre estarão em meu coração!

Aos meus amigos, Davy e Fabisnaldo. Davy que sempre esteve me apoiando nessa jornada, disposto a fazer a compra dos meus livros, usando seu *Amazon Prime*. Você é uma pessoa de ouro, meu amigo! Que privilégio eu tenho em ser tua amiga. Fabisnaldo, que incansavelmente me ajudou nas atividades, tirando minhas dúvidas e me ajudando com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Grata por tudo, meus amigos!

À minha amiga, Celine Dion, que me acolheu durante alguns anos em que moramos juntas. Você foi um grande presente que a Universidade Federal do Maranhão – UFMA me deu. Aprendi muito com você, minha amiga. Quero sempre preservar sua amizade.

Às minhas amigas, Sandy, Sônia e Izaliana, pelas palavras positivas de carinho e incentivo. A Isa pelas caronas de manhã cedo. À minha amiga Márcia, que sempre me incentivou e apoiou na concretização desse sonho.

À minha amiga, Isabele, pessoa de um coração gigantesco, que esteve comigo ajudando-me durante essa jornada. Meu exemplo de profissional como professora, que muito me ajudou, tirando dúvidas e motivando-me na realização dessa conquista.

Ao meu namorado, Pedro Victor, pelo apoio e incentivo, acreditando em mim e na minha capacidade de cumprir essa longa jornada.

Ao meu querido amigo, Denílson, que sempre me motivou e ajudou-me com as caronas, nessa caminhada acadêmica.

A todos os meus professores, que me marcaram positivamente e muito contribuíram para meu aprendizado, dos quais podem ser citados: Ana Caroline, Amanda Gomes, Ivanete Cavalcante, Josenildo Campos. Serei eternamente grata por todo conhecimento adquirido com vocês, pela forma de ensino humanitário para comigo, assim como para os demais alunos.

A todas as trabalhadoras domésticas, que contribuíram para realização dessa pesquisa, a vocês deixo minha gratidão, tenho certeza que suas vozes serão ouvidas por muitas pessoas.

Em especial, agradeço minha orientadora, Ana Caroline Amorim Oliveira, por dedicar seu tempo e sua atenção orientando-me, e por toda paciência e dedicação e pela partilha de conhecimentos. Obrigada por tudo, minha querida, você foi incrível comigo na realização dessa pesquisa. Agradeço também aos professores da banca do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, pela disponibilidade de ler meu trabalho e com contribuir com ele nesse momento de conclusão da minha jornada acadêmica.

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender o trabalho doméstico através das experiências de mulheres negras bernardenses que trabalham nos centros urbanos de São Luís (MA), São Paulo (SP) e Fortaleza (CE). Para isso iremos partir de uma abordagem **interseccional e decolonial** necessária para compreender a complexidade de opressões que estas mulheres são atravessadas, isso será feito através das pensadoras Gonzalez (1984), Lugones (2014) e Federici (2017). Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema a partir das plataformas *Scielo* e Periódicos CAPES. Além desta etapa, foi realizada uma pesquisa de campo com mulheres do meu núcleo familiar que atuam como empregadas domésticas nas capitais São Luís – MA, Fortaleza – CE e São Paulo – SP. Um dos principais desafios descobertos na pesquisa é o não cumprimento da lei por grande parte dos patrões e das patroas, o que resulta na informalidade das relações trabalhistas no ambiente doméstico. Concluimos que o rompimento da invisibilidade da realidade dessas mulheres e as distintas opressões que elas vivenciaram e ainda vivenciam materializando a realidade do racismo, da escravidão moderna e das desigualdades socioeconômicas ainda presentes no país.

Palavras – chave: Trabalho Doméstico; Mulheres Negras; Nordeste; São Bernardo – MA

ABSTRACT

This research seeks to understand domestic work through the experiences of black women from Bernardo who work in the urban centers of São Luís (MA), São Paulo (SP) and Fortaleza (CE). To do so, we will start from an intersectional and decolonial approach necessary to understand the complexity of oppressions that these women experience, this will be done through the thinkers Gonzalez (1984), Lugones (2014) and Federici (2017). In this sense, a bibliographic research on the subject was carried out based on the Scielo and CAPES Periodicals platforms. In addition to this stage, a field research was carried out with women from my family nucleus who work as domestic employees in the capitals São Luís - MA, Fortaleza - CE and São Paulo - SP. One of the main challenges discovered in the research is the non-compliance with the law by most employers, which results in the informality of labor relations in the domestic environment. We conclude that breaking the invisibility of the reality of these women and the different oppressions they have experienced and continue to experience materialize the reality of racism, modern slavery and socioeconomic inequalities still present in the country.

Keywords: Domestic Work; Black Women; North East; São Bernardo – MA

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

FENATRAD – Federação Nacional Das Trabalhadoras Domésticas.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PT – Partido dos Trabalhadores.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de São Bernardo - MA.....	31
Figura 2: Povoado Cajazeiras (2025)	33
Figura 3: Povoado Estiva (2025)	35
Figura 4: Povoado São José (2025).....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Jornada de trabalho.....	47
--------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atividades realizadas pelas trabalhadoras domésticas.....	48
Tabela 2 – Atividades dos patrões.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 AS CARACTERÍSTICAS E AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL.....	17
2.1 A regulamentação do trabalho doméstico no Brasil.....	21
2.2 O Maranhão como exportador de mão de obra doméstica	23
3 AS MULHERES DA MINHA FAMÍLIA: AS HISTÓRIAS QUE TAMBÉM SÃO MINHAS E O PERCURSO METODOLÓGICO	29
3.1 Campo empírico da pesquisa: São Bernardo – MA.....	30
3.2 Perfil das trabalhadoras domésticas.....	38
3.2.1 Violeta.....	38
3.2.2 Azaleia.....	39
3.2.3 Tulipa.....	40
3.2.4 Rosa.....	40
3.2.5 Jasmim	41
3.2.6 Lírio.....	42
4 A VOZ E A VEZ DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS	43
4.1 Trabalhadora doméstica: uma questão de escolha?	43
4.2 Jornada de trabalho e atividades realizadas pelas trabalhadoras domésticas	47
4.3 Trabalho infantil doméstico	49
4.4 Discriminação, preconceito, e a desvalorização presente no trabalho doméstico	51
4.5 Avanços na legislação do trabalho doméstico	53
4.6 Conquistas trabalhando como doméstica.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE	63

1 INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico, no Brasil, tem raízes profundas na história do país, sendo fortemente influenciado pelo período colonial (1500-1822) e pela escravidão (1500-1888) (Marquese, 2006). Nesse sentido, quando ouvimos falar sobre trabalho doméstico, vem na mente rapidamente o cuidado, algo exercido pela mulher, principalmente, quando falamos sobre trabalho doméstico e sobre a vida das mulheres. Pois são as mulheres que, sem qualquer tipo de preparação formal, são responsabilizadas para exercer funções cotidianas como cozinhar, lavar, passar roupas, limpar a casa e cuidar de crianças, idosos e doentes, atividades essas, muitas das vezes, permanentes (Davis, 2016). No entanto, não há nada de extraordinário neste fenômeno, ao contrário, há muito de exploração e sobrecarga de trabalho.

Partindo disso, a presente pesquisa intitulada “As Carolinas Bernardenses: uma análise das mulheres negras no mercado de trabalho doméstico” visa investigar as condições de trabalho e realidade vivenciada por mulheres do meu núcleo familiar, naturais do município de São Bernardo – MA, que vivem trabalhando no mercado de trabalho doméstico nas capitais São Luís - MA, Fortaleza -CE e São Paulo – SP.

Este estudo foi motivado pelo meu interesse em analisar as trajetórias e as experiências vividas por mulheres da minha família, em que muitas vezes ouvi seus relatos de experiências vivenciadas nas residências familiares onde trabalhavam. Além disso, nas aulas que tive na universidade sobre as lutas de mulheres por inserção profissional e minha experiência teórica com os livros *Trabalho Doméstico*, de Juliana Teixeira (2021) e *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*, de Preta Rara (2019), que contribuíram ainda mais para que o desenvolvimento desse trabalho monográfico sobre as mulheres domésticas que são a base da minha família.

Através da pesquisa de campo tive a oportunidade de conhecer ainda mais a fundo a realidade dessas mulheres, através de seus relatos e dilemas vivenciados entre os espaços do trabalho e sociedade. Isso me possibilitou ver os problemas com mais propriedade. Diante disso, a pesquisa durou cerca de um ano para ser concluída.

O trabalho doméstico é uma profissão essencial e ainda é considerada precarizada e informal para uma grande parcela das mulheres no Brasil, e foi justamente por presenciar essa situação que me deu maior impulso para desenvolver

a pesquisa, fazendo com que eu buscasse compreender melhor sobre esta profissão tão importante.

Segundo o Artigo de número 1 da lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, entende-se por empregado doméstico “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 dias por semana” (Brasil, 2015). No Brasil, são 5, 8 milhões de empregados domésticos, que mesmo com os avanços advindos da regulamentação trabalhista, ainda enfrentam inúmeros desafios quanto à média salarial e carteira assinada (G1, 2023).

Citamos o município de São Bernardo – MA, pois é de lá que as mulheres do meu núcleo familiar são naturais. Nasceram e viveram lá até a adolescência, outras saíram ainda crianças, sendo levadas por falsas promessas. O povoado chamado Cajazeiras, onde viviam, era precário “sem muito a oferecer”, assim como o município São Bernardo - MA em si. Sendo do trabalho rural nas roças e nas casas de família que vinha o nosso sustento, meus avós davam o que podiam, mas minhas tias tinham vontade de ajudar seus pais, ter uma independência financeira para poder ajudá-los, além de buscarem por oportunidade de estudo.

As poucas oportunidades de emprego que tinham era trabalhar nas casas das famílias que tinham mais condições no povoado em que moravam, trabalhavam cuidando de idosos, sendo muito serviço para o valor pequeno que recebiam. Logo mais sentiram a necessidade de viajar para trabalhar como domésticas nas grandes capitais São Luís – MA, Fortaleza CE, São Paulo - SP.

A minha pesquisa de campo foi realizada nos povoados Cajazeiras e Estivas, do município de São Bernardo - MA, onde as mulheres que fizeram parte dessa pesquisa estavam localizadas, pois vieram passar as férias com seus familiares. Somente com uma eu fiz a pesquisa via *Google Meet* e apliquei o questionário de forma *on-line*, pois estava em São Paulo – SP. As demais foram feitas presencialmente em seus povoados de origem, pois estavam no período da pesquisa de campo.

Este trabalho desenvolvido sobre essas mulheres bernardenses busca contribuir para aprofundar a discussão do tema tanto no meio acadêmico como também para aqueles que irão ler e dos que residem no município de São Bernardo - MA, pois muitas mulheres de São Bernardo – MA exercem a profissão de domésticas, afirmo isso por conhecer amigas e vizinhas minhas que exercem essa

profissão para ter o sustento de cada dia, porém, poucas sabem os seus direitos e leis trabalhistas, pois é um público carente de atenção e informação sobre as leis que garantem seus direitos.

Esta monografia está organizada em 4 capítulos. Sendo o primeiro esta Introdução, em que é apresentada a discussão em torno do trabalho doméstico, o interesse e a justificativa para este estudo, além dos objetivos da pesquisa. O segundo capítulo traz a fundamentação teórica da pesquisa, que trata inicialmente sobre a origem do trabalho doméstico no Brasil, trazendo as contribuições dos principais autores que se dedicaram na investigação das relações de trabalho e suas contribuições na sociedade capitalista e, especialmente, do trabalho doméstico no Brasil. Será apresentada também, de forma breve, a evolução dos direitos dos trabalhadores domésticos, dando ênfase às leis referentes ao tema e os principais direitos conquistados ao longo dos anos.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa realizada, em que é mostrado o território da pesquisa e os povoados. Além disso, é descrito o tipo da pesquisa, as fontes de dados e também apresento as trabalhadoras domésticas, veremos também como foi desenvolvida esta pesquisa.

No quarto capítulo analisamos as “falas” das trabalhadoras domésticas, dando destaque para seus relatos e impressões sobre a realidade vivida nos espaços de trabalho, onde elas falam sobre as dificuldades enfrentadas e os avanços alcançados na profissão. Entre outras questões, abordamos as motivações para a profissão de doméstica, como também sobre o trabalho infantil, a informalidade, a discriminação e o preconceito e sobre as conquistas que obtiveram trabalhando como domésticas. Por fim, as considerações finais com os possíveis desdobramentos da pesquisa.

2 AS CARACTERÍSTICAS E AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

No Brasil, a história do trabalho doméstico se inicia com o período escravocrata, entre 1501 a 1870. A partir de uma perspectiva histórica, esse tipo de trabalho marcou uma importante fase dos ciclos produtivos no país, por estar inserido em uma estrutura secular histórica relacionada ao gênero feminino. Dessa forma, passou a ser considerado fora da esfera do trabalho, sendo visto como um não-trabalho, como bem discutido pela autora Federici (2019). Muitas pessoas foram escravizadas, os colonos brancos abusaram e venderam esse povo como mercadoria, principalmente para as Américas, usando como via de navegação o Oceano Atlântico (Freyre, 2003).

Após serem trazidos de maneira forçada da África para o Brasil pelos portugueses, os negros tiveram uma grande relevância na mão de obra, exercendo funções de grande importância para as atividades econômicas das quais estavam envolvidos. Segundo Freyre (2003) os negros ensinaram os portugueses diversas técnicas de trabalho na agropecuária, na agricultura e na mineração. Além disso, sobressaindo-se nas cozinhas, mulheres negras de “mãos cheias” exerciam seu trabalho brilhantemente. Só que há uma grande diferença, pois no continente africano elas exerciam essas funções por questões de sobrevivência, já no Brasil eram escravizadas (Freyre, 2003; Silva, 2006).

As mulheres eram trazidas para trabalhar, no Brasil, em lavouras ou na casa dos senhores como amas de leite ou mucamas. Pois era comum que as portuguesas tivessem filhos muito novas, e com o clima tropical muitas delas se enfraqueciam e ficavam impossibilitadas de amamentar (Oliveira, 2008). Então, as mulheres negras eram conhecidas como mulheres fortes no quesito amamentação, com isso passavam a ser amas de leite (Freyre, 2003).

Para trabalhar nas casas dos senhores no serviço doméstico, as mulheres precisavam estar em boa forma, pois os anúncios publicados, no Brasil do século XIX, exigiam que as mulheres negras tivessem uma boa aparência, pois ficariam mais próximas das famílias dos seus senhores juntamente dos seus filhos dos quais iriam cuidar. A preferência era por: “[...] negras altas e de formas atraentes – ‘bonitas de cara e corpo’ e ‘com todos os dentes da frente’” (Freyre, 2003 *apud* Teixeira, 2021, p. 27).

Nesse sentido, através das características que existiam entre as escravizadas da lavoura e as escravizadas domésticas, tais características contribuem para podermos visualizar o surgimento dessa personagem social, que é a trabalhadora doméstica, e era possível ver nitidamente tais diferenças. Após o período pós-escravocrata a figura da “mãe preta” se expande, pois dessa forma elas passaram a assumir um papel importante e afetivo na vida das filhas de seus senhores. Muitas das vezes dando conselhos e uma palavra amigável, laços esses que essas filhas só tinham com as mães pretas (Teixeira, 2021).

Gonzalez (1984) nos faz ter uma visão bem clara através de sua fala quando diz:

É interessante constatar como, através da figura da "mãe preta", a verdade surge da equivocação (Lacan, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o "obscuro objeto do desejo" (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na "negra vontade de comer carne" na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira (Gonzalez, 1984, p. 236).

No ano de 1888 ocorreu abolição da escravatura no Brasil, após longos anos de escravidão, os escravizados passaram a sofrer ainda mais com preconceitos feitos pela distinção clara entre as atividades realizadas por brancos e negros no trabalho livre. Uma vez que após a abolição, os escravos não tiveram nenhum auxílio para se estabelecerem na sociedade. Muitos deles se sujeitaram a permanecer com seus antigos donos, pois assim teriam comida e teto para sobreviver, tudo isso de forma precarizada.

Desse modo, aqueles escravos que já ficavam no trabalho doméstico, na Casa Grande, passaram a ser denominados de trabalhadores domésticos (Conceição, 2009). Os recém-libertos que não residiam na casa dos senhores onde trabalhavam, passaram a morar em cortiços, em casas populares, lugares considerados ambientes infectados ou impuros, dito por médicos e por membros das classes dominantes (Roncador, 2007).

Na obra *O cortiço* de Aluísio Azevedo (1890), ele descreve como era morar nessas habitações, como também destaca a população que residia no cortiço, dentre os moradores destacam-se as lavadeiras e os trabalhadores da cidade. Moravam em cortiços por se tratar de um lugar estratégico próximo ao ambiente de trabalho deles.

As casinhas eram alugadas por mês e as tinas por dia: tudo pago adiantado. O preço de cada tina, metendo a água, quinhentos réis; sabão à parte. As moradoras do cortiço tinham preferência e não pagavam nada para lavar. Graças à abundância de água que lá havia, como em nenhuma outra parte, e graças ao muito espaço que se dispunha no cortiço para estender a roupa, a concorrência às tinas não se fez esperar; acudiram lavadeiras de todos os pontos da cidade, entre elas algumas vindas de bem longe (Azevedo, 1890, p. 27)

Com o fim dos cortiços, pois foram destruídos a mando do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) no Rio de Janeiro, usando o discurso da modernização e da higienização (Bardanachvili, 2013). Desse modo, vemos o genocídio da população negra através da política do branqueamento, essa sociopolítica tinha por objetivo a melhoria da raça, essa melhoria vinha através da miscigenação na mistura de sangue dos brancos com os negros, uma tentativa de retirar essa “mancha preta” do meio social (Nascimento, 1978). O discurso da modernização e da higienização resultou em famílias e lares destruídos. Com isso, os negros desalojados se instalaram em morros que hoje são conhecidos como as *favelas*. Ao longo dos anos, as favelas se transformaram em comunidades residenciais, onde muitas pessoas, incluindo empregadas domésticas negras, encontraram um lar. Isso contrariou os interesses das classes dominantes, que viam essa mudança como uma ameaça ao status, pois as favelas se tornaram um símbolo de marginalidade, um lugar impróprio para se viver, historicamente marginalizado (Bardanachvili, 2013).

No livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960), nos possibilita uma visão poderosa sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres negras e pobres no Brasil, incluindo aquelas que trabalham como domésticas, além de mostrar sua vivência realista na favela do Canindé, zona central de São Paulo, registrando o cotidiano da comunidade em seu diário. Embora sua obra não seja diretamente teórica, suas reflexões e vivências podem ser utilizadas para contextualizar e ilustrar a realidade do trabalho doméstico, pois ela também exerceu a profissão de ser doméstica, logo depois se tornou catadora de papel pela

falta de oportunidade e em meio às dificuldades ainda era uma mãe solo, sendo uma verdadeira guerreira.

O livro de Carolina (1960) me inspirou a intitular a presente pesquisa de Carolinas Bernardenses. Carolinas por se tratar de mulheres que são domésticas, negras e que lutam diariamente para sobreviver e bernardenses por serem naturais do município de São Bernardo – MA.

A centralidade da mulher nos grupos sociais periféricos é algo que se mantém atualmente como nós vemos diariamente nos meios de comunicação. Nas periferias e favelas, é comum as mulheres serem as *chefes de família*¹, o que ocorre não só em virtude de uma desestruturação familiar na qual os homens nem sempre cumprem suas obrigações sociais como pais e maridos, mas também em virtude da força que a mulher representa nessas comunidades (Teixeira, 2021). Muitas dessas mulheres têm somente a alternativa de trabalhar nas casas de família, como se isso fosse destinado só a elas.

Nessa perspectiva, era comum antigamente as empregadas domésticas dormirem nas casas de seus patrões, trabalhando o dobro e ficando à mercê das atividades de abuso, pois ficavam disponíveis a todo momento pra servi-los. E com isso repetia o padrão de antigamente, onde meninas jovens passavam a residir nas casas de seus senhores, onde elas trabalhavam e não tinham esse reconhecimento. Para eles era como a égide uma troca de favores, com o discurso de que eram *quase da família*.

O sociólogo Ronaldo Sales (2006) utiliza como argumento para a explicação da existência do discurso do "quase parte da família" o que chama de complexo de "Tia Anastácia". O autor faz referência à personagem do Sítio do Pica Pau Amarelo, obra literária infantil do autor Monteiro Lobato (1994), o qual era adepto das teorias eugenistas². Criada como uma "negra de estimação", ela é uma personagem que representa justamente as ambiguidades geradas por esse discurso de que as empregadas eram quase parte da família (Teixeira, 2021). Pinheiro (2019, p. 16) ressalta que esse discurso "como se fosse da família" é uma retórica que "não implica

¹ A mulher chefe de família e dona da casa é aquela que exerce autoridade e responsabilidade no âmbito doméstico (Oliveira, 2014).

² O termo eugenia, palavra inventada pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883, para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter-se uma desejada "melhor reprodução". O movimento eugenista estimulou diferentes tipos de preconceito. Entre eles, discriminação contra a cor da pele, orientação sexual, local de origem, bem como contra mulheres e pessoas com deficiência (Stepan, 2005).

acesso a direitos como aqueles devidos a um ente familiar e, nem mesmo, assegura condições dignas e protegidas de trabalho”.

Partindo do contexto histórico da origem do trabalho doméstico no Brasil, em seguida vêm as conquistas dos direitos trabalhistas após longas décadas de lutas para a criação de leis que possibilitassem melhores condições de trabalho e a valorização profissional.

2.1 A regulamentação do trabalho doméstico no Brasil

Segundo Gois (2017) o trabalho doméstico por muitas décadas ficou sem proteções legais, pois se trata de atividades com características próprias. Seu empregador era pessoa física, a legislação que regulamenta a profissão era bastante restrita, com limitações, em que o trabalho doméstico não tinha sua devida valorização perante às leis.

Em 1943 foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o propósito de unir toda a legislação trabalhista que existia no Brasil naquele período. Porém nada mudou para a categoria do trabalho doméstico, pois continuou sem as proteções legais durante longas décadas. Os trabalhadores domésticos não eram considerados como geradores de trabalho produtivo economicamente. De acordo com o Artigo número 7, da lei nº 5.452/1943:

Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas (Brasil, 1943).

As trabalhadoras domésticas tiveram a sua profissão regulamentada no ano de 1972, com a Lei nº 5.859 que tratava do trabalho doméstico, porém se destinava a elas somente dois direitos: assinatura da carteira de trabalho, as férias anuais remuneradas de 20 (vinte) dias (Brasil, 1972). Com isso as trabalhadoras passaram a ser asseguradas de uma forma limitada pela previdência social que na época se chamava INPS (Brasil, 1972).

Na Constituição de 1988, houve uma destinação dos direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos, porém essa destinação foi desigual, somente nove direitos

³foram destinados a eles, segundo está no Artigo de número 7, parágrafo único, enquanto no Artigo de número 34, mais direitos foram destinados aos outros trabalhadores (Belém, 2010). Os direitos assegurados aos demais trabalhadores eram salário-mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, licença maternidade, licença paternidade, aviso prévio, aposentadoria e a integração à previdência social (Maia, 2010).

No ano de 2006, a Lei nº 11.324/06 trouxe quatro novos direitos para a categoria do trabalho doméstico, são eles: descanso remunerado nos feriados, férias anuais remuneradas de 30 dias corrido, garantia de emprego à gestante e garantia de que não era permitido ao empregador descontar do salário do empregado com despesas referente à alimentação e à moradia (Brasil, 2006).

O projeto inicial da PEC é de 2010, pelo deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) e de outros. Somente em 2012 começou a repercutir, no Brasil, a PEC 66/2012 que visava a alteração do parágrafo único do Artigo de número 7º da Constituição de 1988, com isso estabeleceria direitos iguais para todos os trabalhadores domésticos, tanto os da zona rural como os dos centros urbanos. Trazia proposta de extensão de novos 17 direitos para toda a categoria doméstica (Teixeira, 2021).

No dia 2 de abril de 2013, a PEC foi promulgada à Emenda Constitucional nº 72, com isso de imediato surgiram melhorias, só que apenas nove direitos foram aplicados de imediato, dentre essas melhorias se destaca a regulamentação do trabalho doméstico com direito a horas extras. Para os que trabalhavam de forma regularizada houve a aposentadoria por tempo de contribuição, idade e invalidez, auxílio em acidentes de trabalho, pensão por morte, salário maternidade e auxílio-doença.

³ I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

Desse modo, todos esses direitos partiram dessa iniciativa de mudança, para promover melhorias para todos os trabalhadores domésticos. Vale ressaltar que isso aconteceu no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), em que houve a promulgação da emenda, garantindo direitos das trabalhadoras domésticas. Um marco histórico na luta pela dignidade de uma classe tão marginalizada na nossa sociedade.

Pois, no dia 2 de abril de 2013 no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT) houve a promulgação da emenda, garantindo direitos das trabalhadoras domésticas. Um marco histórico na luta pela dignidade de uma classe tão marginalizada na nossa sociedade, que começou a tramitar a PEC das domésticas. "Contar a história do trabalho doméstico no Brasil é contar também uma história sindical" (Teixeira, 2021, p. 70).

No entanto, somente em 2015 ocorreu a regulamentação da PEC com a Lei Complementar nº 150, que regulamenta os direitos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, adicional noturno, adicional de viagens e salário-família⁴. Porém, somente em 2017 com o Decreto Legislativo nº 172 ocorreu a ratificação da lei, os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil, a Fenatrad⁵ e o Movimento Negro lutaram e fizeram mobilizações incansavelmente para que as regulamentações fossem postas em prática institucionalmente. Esses movimentos e reivindicações vêm sendo feitos ao longo dos anos, na década de 60 já havia reivindicações das feministas por direitos de igualdade em relação à divisão sexual do trabalho (Pereira *et al*, 2024).

2.2 O Maranhão como exportador de mão de obra doméstica

O estado do Maranhão é historicamente conhecido pelos trabalhos agrícolas (desenvolvidos em grandes extensões de terras com concentração fundiária) que fez com que a mão de obra negra, escrava e indígena fosse utilizada nas lavouras algodoeiras e de arroz (Silva, 2014). Esses serviços eram uma esperança de desenvolvimento econômico através de projetos incorporados com a esperança de sucesso econômico para a população maranhense.

⁴ O salário-família é um valor pago ao empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso, de acordo com o número de filhos ou equiparados que possua.

⁵ Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Nessa perspectiva, Costa (2002) nos diz que o governo noticiou através dos meios de comunicação que existiam muitas oportunidades de empregos, as quais mudariam a vida das pessoas, e posteriormente em 1990 houve esse discurso novamente. Porém, o desenvolvimento econômico dito pelo governo não obteve sucesso, pois houve o aumento da desigualdade e da injustiça social, tal “riqueza” foi somente para poucos. Com isso podemos ver como é o processo excludente do desenvolvimento da modernização, pois era rico, mas o povo permanecia à mercê da pobreza (Costa, 2002).

A pobreza marca a vida de muitos maranhenses, no ano de 1980, cerca de 50,6% da população estava abaixo da linha da pobreza, isso só cresceu, pois no final da década de 80 do século XX o índice aumentou, fazendo com que grande parcela da população ficasse abaixo da linha da pobreza, tornando assim o estado economicamente pobre (Pessoa; Martins, 1996).

Com essa realidade social e economicamente agravada, os sujeitos procuravam se reinventar em busca de empregos para o sustento familiar fora das promessas do estado, isso fez a rede de informalidade crescer ainda mais, o trabalho doméstico configura como parte desse crescimento, era preciso sair da zona rural para o centro urbano, muitas das vezes era através de rede familiares e conhecidos.

Um grande quantitativo de trabalhadoras domésticas vinha dos interiores do nordeste do país, pois muitas eram levadas ainda crianças ou jovens por familiares para morar na *casa dos patrões*, onde elas acabavam perdendo possibilidade de criação familiar, perdendo vínculos sociais e afetivos. A falta de educação possibilita ainda mais essa falta de vínculo, gerando assim uma dependência psicológica em relação à *família de seus patrões* (Teixeira, 2021). Trata-se de uma experiência comum na vida de muitas trabalhadoras domésticas vindo de diversas regiões empobrecidas do país, pois um dos motivos pertinentes é essa questão de não ter condições, presente nas experiências das trabalhadoras domésticas.

A falta de alfabetização contribui muito para esses dados, pois a taxa de alfabetização na década de 1980 é de 57,2%, abaixo do estimado (Pessoa; Martins, 1996). Com isso, fica notável a redução ao acesso à educação pública dos maranhenses, o qual muitas vezes era negado, possibilitando o crescimento do analfabetismo, isso se torna mais visível quando se trata da educação da população da zona rural (Mendonça; Silva; Azar, 2017).

Na literatura brasileira, temos o retrato da condição de vida de mulheres através do livro *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo (1890), no qual encontramos várias personagens femininas, mulheres negras, pobres e trabalhadoras, no papel de servidão, pois era muito comum no cotidiano da sociedade maranhense. Bertoleza é uma personagem com as características já citadas, tinha as funções de cozinhar, lavar, servir, engomar e demais serviços domésticos. Morava nos cortiços, onde tinha várias mulheres trabalhadoras, principalmente as “lavadeiras”, outra prática que era muito comum na época. A mulher para sobreviver se sujeitava a tais funções exaltadas pelo mínimo que eram pagas, muitas das vezes nem recebiam pelos feitos.

Há outras mulheres descritas pelo autor, como: “A criadagem da família Miranda compunha-se de Isaura, mulata ainda moça, moleirona e tola” e também “uma negrinha virgem chamada Leonor, muito ligeira e viva, lisa e seca como um moleque” (Azevedo, 1890, p. 31). Algo muito comum na vida dessas mulheres pobres, desde novas, trabalhavam em casas de família para ter um sustento, sendo, em algumas situações, cobiçadas pelos homens da casa, situações que embrulha o estômago de ler, pois para sobreviver mulheres são sujeitadas a trabalhos extremos.

Os inquéritos policiais registram essas relações de trabalho doméstico nos anúncios em jornais da época, onde tinham as propagandas de oferta de trabalho doméstico, trabalho esse de cozinhar, lavar e cuidar de crianças. Muitas das vezes uma mulher faz todo esse trabalho. Havia também a procura por “meninas” para realizar esses serviços e cuidados domésticos.

Dentre os anúncios encontrados em jornais de São Luís, como os jornais Diário do Maranhão e Pacotilha, estão os relacionados ao trabalho doméstico, dando ênfase à faixa etária e aos bons costumes e pouquíssima remuneração.

Alugada. A' rua do sol nº 90, junto ao sobrado do Sr. Launé, precisa-se de uma rapariga de 16 anos, para o serviço interno de uma casa de pequena família.

Menina. Precisa-se de uma de 10 a 12 anos que seja de bons costumes para estar n'uma casa de pequena família. Paga-se bem. A tratar na rua das flores nº21.

Rapariga. Na rua dos afogados nº11 precisa-se d'uma de 12 a 14 annos para andar com criança (Pacotilha, 1891 *apud* Pimenta, 2018).

Esses anúncios nos mostram o quão agonizante era o período escravocrata no Maranhão e no Brasil. Mesmo com as evoluções progressistas do estado do

Maranhão, perpetuava-se a escravização de diversas formas, principalmente, no trabalho doméstico.

Apenas no século XX, especificamente em 1989, as mulheres fundaram o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas – Sindoméstico – MA, com o objetivo de organizar a categoria e informar sobre os direitos, como também para conscientizar a sociedade sobre a importância e o valor do trabalho doméstico para sociedade, ajudando a enfrentar o racismo e a violência contra as mulheres. O sindicato realiza atendimento a toda trabalhadora doméstica que o busca, associada ou não. Um local para lutar e reivindicar os direitos conquistados por lei.

Em uma participação no Podcast “Abolucionistas Modernas” (2023) Maria Isabel Castro, diretora do Sindoméstico – MA, falou sobre sua vida desde a infância, a sua mãe antes de falecer pediu para que a entregasse para a madrinha, seu pai a entregou para sua madrinha com 6 anos de idade, que logo nessa casa passou a sofrer violências físicas, com a idade de 8 anos essa madrinha a entregou para uma outra família com falsas promessas, com essa nova família passou a cuidar de crianças e fazer trabalho doméstico juntamente com seus irmãos. Na idade de 13 anos saiu dessa casa e foi morar com o irmão mais velho.

Como muitas mulheres, Maria começou a estudar mais tarde do que o tempo regular, pois seu irmão não queria que ela trabalhasse mais em casa de família. Maria tomou conhecimento do Sindicato através de uma pessoa que trabalhava com uma amiga da amiga da sua patroa, pois ela já estava com vinte e dois anos e tinha voltado a trabalhar, então essa amiga vendo a situação das trabalhadoras domésticas, imaginou que aquelas situações tinham que mudar. Essa amiga conversou com as freiras e foi em busca de ajuda nas organizações e através dos movimentos negros, das centrais e com isso ela tomou conhecimento de como fundar o Sindicato e convidou Maria para entrar como participante e fundadora do Sindicato, onde ela atua até hoje. A história de vida de Maria Isabel tem semelhanças com a história de vida de algumas das trabalhadoras dessa pesquisa.

Ao longo dos anos o trabalho doméstico conquistou direitos legais para a regulamentação do trabalho, dentre eles se destaca a Lei Complementar nº 150/2015, onde passou a ser obrigatório o registro do horário de trabalho dos empregados domésticos. No entanto, muitas mulheres sobrevivem com o dinheiro que ganham trabalhando informalmente nas *casas de família*, tanto nos centros urbanos quanto na zona rural. Apesar de não encontrar dados no Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística - IBGE de trabalhadoras doméstica no município de São Bernardo – MA, mas trazendo para minha realidade vivenciada no povoado Cajazeira, no município de São Bernardo – MA, no baixo Parnaíba, onde conheço mulheres moradoras no centro urbano e na zona rural que trabalham como domésticas, ganhando meio salário por mês para complementar a renda junto do que recebe do Bolsa Família para assim sobreviver.

Uma amiga minha que mora no povoado Estiva faz o percurso de 11 km de segunda a sexta até a cidade de São Bernardo, de moto sozinha para ir trabalhar como doméstica na casa de um médico, vulnerável a acidentes, roubos, tudo isso para ter a renda no final do mês.

Em um estudo realizado por Sousa (2014) sobre os idosos do povoado Porções, em São Bernardo - MA, as mulheres descreveram uma vida marcada pela intensa atividade laboral. Sem acesso a benefícios previdenciários, além do trabalho doméstico, sua renda vinha de diversas atividades, como o trabalho nas lavouras, a produção de azeite de babaçu e carvão, a fabricação de doces de buriti e a produção de farinha de mandioca e tapioca. Os homens, por sua vez, trabalhavam nas próprias terras ou em propriedades de terceiros, como arrendatários. Apesar dos desafios e da precariedade das condições de trabalho, essas experiências foram transmitidas de geração em geração, refletindo a realidade de muitas famílias rurais brasileiras.

Assim como os investigados de Souza (2024), a história dos meus avós maternos exemplifica essa realidade, moradores da zona rural de São Bernardo - MA, trabalharam em diversas atividades para garantir o sustento familiar. Meu avô trabalhou um longo tempo de sua vida na lavoura para uma família que tinha melhores condições no povoado Estiva em São Bernardo - MA. Trabalhava de tudo, da lavoura ao cuidado do gado, animal bovino. Assim que se casou passou a trabalhar para o irmão do seu antigo *patrão*, como vaqueiro. O pouco sustento que vinha para nosso lar era do seu trabalho como vaqueiro.

No entanto, continuou na lavoura, fazendo roças com ajuda da minha avó, como também dos meus tios, tias e minha mãe. Minha avó materna cuidava *do lar* e das crianças, quebrava coco babaçu para fazer azeite e vender a fim de complementar a renda da casa. O que meus avós tinham a oferecer para nossa família era alimentação e o bom exemplo de honestidade. A educação era mínima, meus avós incentivavam todos a estudar, não queriam que seus filhos fossem analfabetos (como eles se autodeclaram) igual a eles.

Entretanto, nos povoados só havia o Ensino Fundamental Anos Iniciais, segundo relatos da minha mãe, a professora que ministrava a aula para a população do povoado mora até hoje no povoado Estiva, já é uma idosa, ela recebia um valor dado por uma vereadora que pagava um baixo valor para ela ministrar aula. A sala de aula era em uma casa de palha com bancos e mesas de madeira, a lousa ficava em uma coluna de madeira, pois a casa não tinha paredes.

Nesse sentido, essa dificuldade de viver no campo foi o que levou as participantes dessa pesquisa, que pertencem ao meu núcleo familiar, a deixar seus lares e ir em busca de melhores condições para a família, como também para si mesmas, comprar aquilo que seus pais não podiam dar, como roupas, calçados. Ainda muito novas, ainda crianças e outras adolescentes, que desde muito novas tiveram que ter responsabilidade de adultas. O que tinha de oferta de emprego era o trabalho doméstico, quando eram enganadas por falsos problemas de estudos e empregos.

Após vermos as dificuldades das trabalhadoras domésticas no estado do Maranhão, conhecemos um pouco da história de vida dos meus familiares e o que levou as minhas tias a exercer a profissão do trabalho doméstico, a seguir conheceremos as participantes dessa pesquisa com mais detalhes, como também o campo empírico em que foi desenvolvida essa pesquisa.

3 AS MULHERES DA MINHA FAMÍLIA: AS HISTÓRIAS QUE TAMBÉM SÃO MINHAS E O PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa se caracteriza metodologicamente por uma revisão bibliográfica, descritiva e qualitativa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada através de materiais, como documentos já feitos, livros e artigos científicos. As pesquisas bibliográficas têm como base o uso de fontes como livros e outros documentos, tornando possível construir novas pesquisas através de estudos desenvolvidos (Assis, 2009).

A presente pesquisa se torna bibliográfica por fazer atribuições de vários autores que falam a respeito do tema do estudo escolhido. Utilizei a pesquisa e análise da qualidade das informações obtidas. Minayo (2010) fala sobre o método qualitativo, que se aplica em diferentes situações, como em relação ao estudo da história, estudos sobre crenças locais como também opiniões dos indivíduos. Segundo a autora, o método qualitativo equivale à inovação de novos questionamentos, fazendo com que isso tenha revisões e criação de determinados conceitos para o processo das investigações na pesquisa. É um método muito válido, pois possibilita resultados significativos em relação à realidade social do objeto de estudo ao ser feito a pesquisa.

Neste capítulo serão apresentados o campo de pesquisa e os interlocutores da presente pesquisa. Foram realizadas as entrevistas diretas com algumas trabalhadoras domésticas totalizando em seis (6) entrevistas, com o objetivo de obter elementos que viessem contribuir com a pesquisa, além de dar um espaço para elas contarem um pouco daquilo que já viveram e que marcou suas vidas.

O primeiro contato que tive com minhas tias, que trabalham como domésticas, para falar sobre minhas pesquisas foi via rede social *WhatsApp*, foi no mês de dezembro de 2023. Comuniquei a elas sobre minhas propostas de pesquisa e elas imediatamente ficaram muito felizes pelas minhas escolhas de tema e ainda por procurá-las para participar desse estudo.

Inicialmente, procuramos a melhor forma para realização das entrevistas, como estava próximo das férias, com cinco delas foi feita a entrevista pessoalmente, uma foi via *Google Meet*. No período da entrevista somente uma delas estava desempregada e as outras estavam exercendo a profissão.

Foi elaborado um roteiro de entrevista no formato de questionários semiestruturados para compreender suas trajetórias e como chegaram a ocupar esse trabalho. Esse questionário está disponível no apêndice desse trabalho.

As entrevistas foram realizadas entre janeiro e dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de cada uma. Eu aguardei o período de férias das interlocutoras, pois gostaria de um contato presencial. Porém, uma delas não pode participar pessoalmente, realizando assim a entrevista de forma remota. Para isso contei com a ajuda da minha prima Daniela Noronha, filha dela.

Cada entrevista teve a duração entre 50 minutos a 1h. Essas entrevistas foram registradas no gravador do celular, em vídeo e escrita em papel. Além de responderem ao questionário, deram relatos sobre suas vivências ao longo dos anos trabalhando nas grandes capitais como domésticas. Esses relatos foram transcritos para o papel e os demais no gravador do celular. Tudo isso com consentimento de todas as participantes, onde elas assinaram o termo de consentimento⁶, elas foram informadas sobre o objetivo da pesquisa de forma clara e didática antes da gravação. Da mesma forma expliquei sobre a preservação de suas identidades. Para nomeá-las dei nomes de flores, para assim preservar suas identidades, mantendo o anonimato.

As informações obtidas na pesquisa de campo foram organizadas por ordem de entrevistas, caracterizando as condições de trabalho doméstico vivenciadas individualmente. Abordando em suas falas os avanços e as dificuldades enfrentados no mercado de trabalho doméstico.

3.1 Campo empírico da pesquisa: São Bernardo – MA

O município de São Bernardo faz parte do estado do Maranhão, distante cerca de 400 quilômetros da capital, São Luís. Região Nordeste do país com uma latitude 03°21'41" sul e a uma longitude 42°25'04" oeste, estando a uma altitude de 43 metros. Possui uma área de 1.005,824 km² com população de 26.943 habitantes segundo o censo de 2022 e com estimativa de 27.887 pessoas em 2024 (IBGE, 2022). A cidade de São Bernardo fica entre os municípios de Santa Quitéria e Magalhães de Almeida. Como também próxima aos municípios de Araioses, Água Doce do Maranhão e Tutóia. Segundo Vaz (2016) o relevo de São Bernardo faz parte do Planalto Oriental

⁶ O termo de consentimento está anexado no apêndice B dessa pesquisa.

da Bacia Sedimental entre os estados do Piauí e Maranhão com conjuntos de morfoescultura, no município há chapadas e poucos terrenos acidentados, possui morros com altitudes de 60m.

O clima da cidade fica entre 22,5°C e 31,7°C, nosso clima é quente semiárido, com dois períodos bem definidos, como muitos conhecem que é o inverno e o verão: o período chuvoso é o inverno que vai de janeiro a junho e outro é seco, o verão, que vai dos meses de julho a dezembro. A água do rio Buriti é a principal riqueza da cidade, pois através do rio juntamente da natureza é de onde vem os recursos para o homem. No entanto, o homem vem destruindo com o desmatamento das suas margens. A vegetação de São Bernardo é composta por zonas de matas e cocais (Vaz, 2016).

Figura 1: Localização do Município de São Bernardo - MA



Fonte: Google Earth, 2025

Segundo Vaz (2016) São Bernardo foi povoada pelos primeiros moradores que eram os povos indígenas Anapuru⁷ e Tremembé⁸, isso por volta do século XVI ao

⁷ De acordo com os escritos de Silva (2017), o povo Anapuru pertence aos Tupi-Guarani. “Os Anapurus devem ter descido diretamente o Parnaíba” (Lima; Aroso, 1989, p.105 *apud* Silva, 2017, p. 39). Fixando-se na região do Baixo Parnaíba, tendo localização compreendida em partes dos atuais territórios de São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Anapurus e Chapadinha. Seu grande reduto, a Nação dos Anapurus, era localizado no lugar denominado Arraial do Brejo, atualmente a cidade de Brejo (Silva, 2017, *apud* Alvez, 2023).

⁸ Os Tremembés foram citados em documentação histórica e em diversas obras do período colonial, “tendo sido aldeados em certas missões, tanto no Maranhão como no Ceará, muitas vezes convivendo

XVII. Com a chegada dos padres jesuítas a essa região, iniciou-se a catequização, com isso houve a tentativa de anulação cultural e resistência dos povos nativos à cultura ocidental. Os jesuítas fizeram a nomeação do rio local por Buriti, um rio que é muito importante para os bernardenses, considerado pela população local como um dos maiores patrimônios naturais da região, pois ele faz parte da história de vida dos moradores pelas memórias e histórias vivenciadas (Vaz, 2016).

Dos colonizadores portugueses, ganhou destaque Bernardo de Carvalho e Aguiar que chegou para povoar o Brasil pela Bahia, seguindo para o Piauí e, posteriormente, fixou-se no Maranhão, residindo nas terras que hoje é o município de São Bernardo. Apesar do nome da cidade estar no imaginário da população como uma homenagem ao São Bernardo, padroeiro do local, possivelmente, a influência do português Bernardo foi relevante para a denominação (Vaz, 2016, p. 23 *apud* Alves, 2023).

De acordo com os escritos de Vaz (2016), o município de São Bernardo foi demarcado em 1841 como distrito subordinado a Caxias. Em 1859 passou a ser nomeado “vila de São Bernardo do Parnaíba”. Desmembrado de Caxias se tornou distrito de Brejo em 1933. E somente elevado à categoria de município em 15 de junho de 1935, desvinculado de Brejo (Vaz, 2016).

Em relação à educação no município de São Bernardo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, dos estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental atingiu a média de 4.2 em 2021, bem acima das metas estabelecidas a nível estadual que é de 4.0 (Brasil, 2021).

Dentre as principais atividades econômicas em São Bernardo destaca-se o comércio e serviços seguidos pela agricultura e uma incipiente produção industrial (IBGE, 2019). Conforme o censo do IBGE (2010), São Bernardo possui cerca de 20 povoados localizados na parte rural do município, são eles: Mamorana, Coqueiro, Pedrinhas, Bicuíba, Mombaça, São Raimundo, Cajueiro, Santo Antônio, Baixa Grande dos Messias, Enxu, Currais, Nova Esperança, Formosa, Porto Formoso, Santa Maria, Estiva, Vila São José, São Miguel, Porções, Cocal.

e fundindo-se a outras etnias também aldeadas pelos religiosos. Almofala foi o mais conhecido aldeamento dos Tremembé, tendo sido fechado na segunda metade do século XIX. Em 1857, suas terras foram doadas aos índios da antiga povoação, mas acabaram sendo invadidas gradativamente por latifundiários. Contudo, a população indígena continuou vivendo na mesma região, inclusive mantendo o ritual do torém” (Silva, 2017, p. 42 *apud* Alvez, 2023).

Os povoados⁹ de origem das mulheres dessa pesquisa que são: Cajazeiras, Estiva, Quilombo, São José, a seguir, imagem dos povoados para melhor entendimento sobre o local de origem das mulheres dessa pesquisa.

Figura 2: Povoado Cajazeiras (2025)



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2025.

O povoado Cajazeira é onde residem os familiares de Violeta, Tulipa, Rosa, Jasmim e Juliana. Foi nesse povoado onde elas viveram alguns anos de suas vidas antes de viajar para trabalhar como domésticas, Rosa e Jasmim tiveram seus primeiros empregos aqui, logo depois viajaram para as capitais. O nome do povoado Cajazeiras não é citado nos dados do IBGE, pois muitos acreditam que ainda faz parte do povoado Currais por ser próximo, a distância de Cajazeiras até Currais é de 2 quilômetros.

⁹ “Povoado é uma categoria êmica que corresponde a uma unidade territorial, consensualmente, acatada por seus residentes e onde se localiza as residências, áreas de trabalho e outras edificações” (Gaspar, 2010 p. 5).

O povoado Cajazeiras possui cinquenta habitantes, com vinte e três casas de alvenaria, oito (8) casas sem moradores, alguns viajando e outros não mais em vida. Todas as casas têm energia e aparelhos elétricos, dessas casas somente duas não tem Internet, os moradores fazem roçados, quebram coco babaçu para fazer aceite para consumo e para vender, com as cascas fazem carvão, pescam no rio Buriti, banham e fazem lazer, rio esse que passa entre o povoado. A principal fonte de renda dos moradores é aposentadoria por idade, bolsa família, duas pessoas têm emprego na prefeitura, algumas mulheres trabalham nas casas como doméstica informal, outros viajam para as capitais em busca de serviços, dentre esses que viajam a grande maioria são jovens, sem muita perspectiva depois que conclui o ensino médio ou até com o ensino fundamental incompleto. Em todas essas casas há um familiar que mora fora para trabalhar.

É feita a encanação do rio Buriti para todas as casas do local, a água é utilizada para tomar banho, lavagem de roupas, para fazer comida. Para beber utiliza-se a água que vem do povoado Quilombo, a encanação fica próximo a esse poste de energia que mostra na Figura 2, a população vai pegar a água em galões no carro de mão ou então de bicicleta e até mesmo no ombro. O povoado não possui comércio, para fazer a compra de alimentos e utensílios precisa ao povoado vizinho chamado Currais ou no centro da cidade de São Bernardo – MA. As escolas onde as crianças e adolescentes estudam fica no povoado Currais, se locomovem até a escola com o uso do ônibus escolar. Apesar das diversidades, as pessoas que moram aqui são felizes, simples, honestas e festivas.

Figura 3: Povoado Estiva (2025)



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2025.

No povoado Estiva moram os familiares da participante Azaleia, onde ela estava de férias no momento da entrevista. O povoado possui cem habitantes com trinta e quatro casas de alvenaria, somente uma não é de alvenaria, é de barro coberta de palha, todas com energia e aparelhos elétricos, dessas casas somente duas não tem Internet, tem uma igreja evangélica Assembleia de Deus, onde uma pequena parte da população congrega. É uma terra farta com pés de buritizal, pés de açaí, palmeiral de coco babaçu, tem brejo¹⁰ e morros onde as pessoas do local fazem pequenos roçados com plantio de alimentos como: mandioca, milho, arroz, feijão e cana de açúcar.

Tem famílias que utilizam o buriti para fazer doces para consumo e para vender, com o coco babaçu fazem aceite para consumo e para vender, com as cascas do coco fazem carvão. A fonte de renda dos moradores é aposentadoria por idade, bolsa família, dez pessoas têm emprego na prefeitura, quatro pessoas são concursadas,

¹⁰ Brejo é um terreno úmido lodoso.

algumas mulheres trabalham nas casas como doméstica informal, outros viajam para as capitais em busca de serviços.

O povoado possui uma quitanda¹¹, locais destinados ao lazer da população, como balneário que é um bar/restaurante com piscina, e uma chácara que também é bar/restaurante com piscina, destino das pessoas da região local como também das outras cidades vizinhas como Santa Quitéria e Magalhães de Almeida, que vão almoçar e passar o dia descansando e banhando nas piscinas, locais esses onde acontecem festas e serestas. Todo o povoado possui encanação com água que vem do povoado vizinho chamado Quilombo, essa água eles utilizam para banhar, lavar roupas, beber e fazer comida.

No povoado passa um córrego de águas frias e cristalinas, conhecido popularmente nos povoados como levadas por ser estreito e pouco profundo, que vem da nascente do povoado quilombo e deságua no principal rio do município de São Bernardo- Ma, o rio Buriti¹². Porém, com o uso de açudes a levada tem se enfraquecido principalmente no período do verão. O povoado não possui escolas, as crianças e adolescentes estudam no povoado Currais e outros no centro da cidade, se locomovem até as escolas com o uso do ônibus escolar. Povoado de gente alegre e batalhadoras que não se deixam levar pelas diversidades do dia a dia.

¹¹ Quitanda é um local improvisado, normalmente na sala ou no puxado ao lado da casa do dono, local onde vende pequenas quantidades de mercearia.

¹² Que perpassa no povoado Cajazeiras.

Figura 4: Povoado São José (2025)



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2025.

O povoado São José é onde mora os familiares da participante Lírio, viveu nesse lugar até seus 16 anos de idade, com essa idade viajou para São Paulo – SP, onde mora até hoje trabalhando. O povoado possui sessenta e cinco habitantes, tem vinte e três casas de alvenaria, 4 sem moradores, ambos os donos não mais em vida. Todas as casas têm energia e aparelhos elétricos, dessas casas oito não têm Internet. O povoado tem brejal, morros e chapadas. Possui pés de buriti, açaí, palmeiral de coco babaçu, pés de jaca entre outras frutas, dessas frutas as pessoas usam para vender como para uso próprio. Todo o povoado possui encanação com água do poço artesiano que há no local, essa água eles utilizam para banhar, lavar roupas, beber e fazer comida.

No povoado possui uma nascente de água que a chamam de cacimba, segundo os moradores do local, essa cacimba marcou a história das famílias mais

antigas que viveram lá, pois dependiam da água dela para tudo, enchiam cabaças¹³ e potes¹⁴ de barro. Água fria e cristalina que existe até hoje, quando tem problema no poço artesiano alguns moradores ainda utilizam dessa água para suprir suas necessidades. O povoado não tem comércio, para fazer compras os moradores se deslocam até o povoado Currais ou então até o centro da cidade de São Bernardo – MA. Sobre locais destinados ao lazer da população citam-se o campo de futebol onde ocorrem torneios com premiações entre o público masculino do povoado local e vizinho.

O povoado tem uma antiga escola, no entanto ela não funciona mais, as crianças e adolescentes estudam no povoado Currais, outros estudam no centro da cidade, ambos se locomovem até as escolas com o uso do ônibus escolar. Povoado cheio de pessoas calorosas e receptivas, que carregam a ancestralidade de seus antepassados em seus modos de viver a vida.

Após apresentar os lugares de origem de cada participante, cada um com suas particularidades e características, conheceremos as principais mulheres domésticas que fizeram com que essa pesquisa se concretizasse.

3.2 Perfil das trabalhadoras domésticas

Estas foram as interlocutoras e coautoras que contribuíram participando para a concretização da minha pesquisa.

3.2.1 Violeta

Violeta se autodeclara negra, tem altura mediana, tem cabelos crespos de tamanho médio, ela é bem humorada com um sorriso cativante e gosta muito de conversar, isso contribuiu muito para a entrevista. Nosso laço familiar é de segundo grau, pois ela é prima da minha mãe e a considero minha tia. Violeta foi minha primeira entrevistada, a sua história de vida despertou em mim o desejo de fazer minha pesquisa falando sobre as domésticas pelo fato de ela ser uma.

¹³ Cabaça é um fruto das plantas *Lagenaria* e *Cucurbita*, se assemelha com o formato de uma garrafa, utilizado para colocar alimentos e água. (Wikipédia)

¹⁴ Pote de barro é um recipiente doméstico em forma de vaso feito de argila cozida, utilizado para armazenar alimentos, água, e outros líquidos.

Violeta tem 52 anos, nasceu no povoado Cajazeiras do município de São Bernardo - MA, filha de pais agricultores, infelizmente nenhum mais em vida, tem oito irmãos, solteira, mora em Fortaleza - CE, estudou até o 4º ano do ensino fundamental, porém se considera analfabeta, pois só sabe fazer o nome, é mãe de 3 filhos, duas mulheres e um homem, os filhos já são adultos e têm suas famílias, tem uma casa no povoado que nasceu, mas mora em casa alugada em Fortaleza – CE, onde ela trabalha como doméstica, Violeta tinha o sonho de ser professora.

No momento da entrevista ela estava em sua casa própria, juntamente com sua filha e sua neta. A sua casa tem a arquitetura comum como da maioria da população local, construída com tijolo e telha, rebocada e pintada na cor verde, contendo seis cômodos, sendo o sétimo uma área externa que é a varanda na frente, ao fundo do quintal tem dois grandes pés de manga onde ocorreu a entrevista, local sombreado e bem ventilado. A entrevista teve a duração de uma hora, pois além de responder as perguntas relatou um pouco de sua história de vida ao longo desses anos “trabalhando fora”. A entrevista ocorreu no período da manhã por volta das 10h, como minha casa é próxima da dela fui caminhando para fazermos a entrevista, foi um momento de muita emoção, pois ela chorava ao relatar o que já vivenciou quando era muito nova, ainda criança.

3.2.2 Azaleia

Azaleia tem 50 anos, se autodeclara negra, ela é bastante alegre e possui um sorriso radiante, bem direta nas respostas. Nosso laço familiar é de segundo grau, pois ela é prima da minha mãe e a considero minha tia. Nasceu no povoado Estiva no município de São Bernardo – MA. Filha de pais lavradores ainda em vida, tem quatro irmãos, é solteira, mora em São Paulo - SP, estudou até o 7º ano do ensino fundamental, mãe de 1 filho, o filho já é adulto e possui família.

Não tem casa própria, no momento dessa entrevista ela estava desempregada passando uns dias em seu lugar de origem na casa de seus pais. Tem um sonho de voltar a trabalhar de novo (ela conseguiu, e logo voltou a trabalhar). Para realizar a entrevista fui de moto com um primo meu, por conta do horário que já estava anoitecendo o povoado estiva onde ela estava fica próximo de onde eu moro.

A entrevista aconteceu na casa dos seus pais às 18h, as pessoas que estavam presentes na hora eram seus pais, sua irmã e duas sobrinhas. A casa de seus pais é

grande, com varanda na frente e na área externa, construída com tijolo e telha, com piso de cerâmica, rebocada e pintada com cores variadas por cômodos. A entrevista teve a duração de cinquenta minutos, ocorreu perfeitamente e foi um momento muito importante para a pesquisa.

3.2.3 Tulipa

Tulipa tem 39 anos, se autodeclara negra, altura baixa, cabelos curtos e cacheados, possui um sorriso bonito e afetuoso. Nosso laço familiar é de segundo grau, pois ela é prima da minha mãe e a considero minha tia. Nasceu no povoado Quilombo no município de São Bernardo - MA. Filha de pais lavradores ainda em vida, separados, tem quatro irmãos, solteira, mora em São Luís- MA, tem o ensino fundamental completo, mãe de 2 filhas, não têm casa própria, mora com suas duas filhas.

Trabalha como doméstica, tem o sonho ter a casa própria. A entrevista aconteceu na casa da sua mãe no período da tarde às 13h. A sua casa tem a arquitetura comum como da maioria da população local, construída com tijolo e telha, as paredes não são rebocadas, possui sete cômodos com varanda na área externa e na frente. A entrevista durou uma hora, pois após as perguntas ela relatou sua vida resumindo até os dias atuais, houve momentos que precisávamos parar, pois ela se emocionava ao lembrar e falar sobre tudo que passou trabalhando ainda criança, inevitável não se emocionar também. Foi uma das entrevistas que me marcou muito.

3.2.4 Rosa

Rosa tem 58 anos, se autodeclara negra, alta, cabelos cacheados. Nosso laço de parentesco é de primeiro grau, pois ela é minha tia e madrinha, tia pois é irmã da minha mãe. Nasceu no povoado Cajazeiras no município de São Bernardo- MA. Filha de pais lavradores sua mãe já faleceu, seu pai ainda é vivo, solteira, mora em São Paulo- SP, estudou até o 8º ano do ensino fundamental, não tem filhos, tem casa própria, mora com sua irmã, trabalha como doméstica, tem o sonho de se aposentar por tempo de serviço e ir embora para o seu lugar de origem morar com sua família, e reformar a casa de seu pai.

A entrevista aconteceu em frente à casa de seu pai em baixo de uma árvore às 15h. A casa de seu pai tem a arquitetura no formato de um T, quando seu pai se mudou para essa casa ela estava pela metade, retomou ela com tijolo de adobe¹⁵, coberta com telha, metade da casa o piso é de cerâmica e a outra metade é com cimento liso, rebocada e pintada na cor amarela, contendo dez cômodos. A entrevista durou uma hora, em seguida relatou sua vida exercendo a profissão de doméstica, seus olhos brilhavam ao falar sobre suas conquistas, dava risadas com um sorriso encantador, foi um momento valioso essa troca de aprendizagem.

3.2.5 Jasmim

Jasmim tem 50 anos, se autodeclara negra. Nosso laço de parentesco é de primeiro grau, pois é irmã da minha mãe. Nasceu no povoado Cajazeiras no município de São Bernardo - MA. Filha de pais lavradores, solteira, mora em São Paulo - SP, estudou até 1º ano do ensino médio, não tem filhos, tem casa própria, mora com sua irmã, trabalha como doméstica.

Jasmim tem o sonho de voltar a morar no Maranhão, curtir mais sua família e descansar, pois desde os 12 anos de idade que ela trabalha como doméstica. A entrevista aconteceu na sala da casa do seu pai, que é meu avô, às 14h. A casa de seu pai tem a arquitetura no formato de um T, quando seu pai se mudou para essa casa ela estava pela metade, retomou ela com tijolo de adobe e telha, metade da casa o piso é de cerâmica a outra metade é com cimento liso, rebocada e pintada na cor amarela, contendo dez cômodos.

A entrevista durou uma hora, logo após as perguntas, veio o relato onde ela falou detalhadamente sobre o início de sua vida trabalhando como doméstica até os dias atuais. Foi um momento muito importante para mim, uma tia que eu tenho como mãe, que sempre lutou por nossa família, falando sobre suas dores e alegrias que a profissão já lhe proporcionou, desde crianças que ouço sobre suas lutas, e agora está fazendo parte da minha pesquisa, que é um espaço para ela erguer sua voz, assim como as outras demais que participaram. Vocês são meus exemplos de mulheres fortes.

¹⁵ Adobe é um tipo de tijolo feito com a mistura de argila, areia, água. Antigamente, os homens do povoado onde moro, Cajazeiras, fazia bastante para construir suas casas e para vender.

3.2.6 Lírio

Lírio tem 61 anos, se autodeclara negra, alta, cabelos crespos. Nosso laço de parentesco é de segundo grau, pois ela é prima da minha mãe e a considero minha tia. Nasceu no povoado São José no município de São Bernardo - MA.

Filha de pais agricultores já falecidos, tem um irmão, solteira, mora em São Paulo- SP, estudou até o 2º ano do ensino médio, tem 1 filha, não tem casa própria, mora com sua filha, trabalhou como doméstica até 2018, atualmente trabalha como recepcionista. Tem o sonho de conquistar todos os seus objetivos. A entrevista foi em seu apartamento de forma remota, pois ela estava em São Paulo, para a realização da entrevista tive a ajuda de sua filha. A entrevista aconteceu 11h e durou quarenta minutos, seu relato foi enviado escrito via *WhatsApp*.

4 A VOZ E A VEZ DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Neste capítulo analisaremos os relatos das trabalhadoras domésticas que contribuíram para a realização desta pesquisa, a qual trata sobre essa profissão tão importante para a nossa sociedade. Mulheres essas que se dispuseram gentilmente a participar da pesquisa. Falaram abertamente sobre suas vivências, mostrando quem são, como enfrentam seu dia-a-dia e como visualizam o trabalho doméstico. Foi um momento importante para essa pesquisa poder ver a visão delas em relação a sua profissão.

Cada uma com seu jeito, umas mais animadas, outras tímidas, outras receosas de não saber responder corretamente. No entanto, algumas foram bastante diretas e objetivas, outras falam mais abertamente, mas cada uma da sua falou de sua forma sobre os momentos que haviam vivenciado durante anos de profissão, algumas se emocionaram ao falar sobre os acontecimentos do início de sua profissão.

4.1 Trabalhadora doméstica: uma questão de escolha?

Segundo as trabalhadoras domésticas, os motivos apresentados por elas que as motivaram a exercer a profissão está relacionado a esses aspectos: a necessidade de ter suas próprias coisas, como: roupas e calçados, como também para ajudar suas famílias. Entretanto, o baixo nível de escolaridade contribuiu para seguir essa “profissão”, outro motivo mencionado pelas trabalhadoras domésticas foram as falsas promessas de ajuda e de estudo, que as levariam para a cidade e as colocariam para estudar. No entanto, não foi como elas esperavam, como veremos nas declarações a seguir:

Eu comecei trabalhar nas casas muito nova. Sai de casa eu tinha 06 pra 07 anos né, minha mãe me deu pra uma família que são meus padrinhos de batismo, que me levaram pra Fortaleza - CE, eu tinha 06 anos, pra estudar segundo eles né era pra estudar sendo que quando eu cheguei lá foi totalmente diferente. Eu só trabalhava, trabalhava, trabalhava dia e noite, limpava casa cuidava de duas crianças não ganhava um real, e não podia estudar, eles não me deixavam estudar, eu não estudava só trabalhava, passava o dia limpando casa, e cuidava era uma criança cuidando de duas crianças (Tulipa, 06/06/ 2024, 13h, Povoado Cajazeiras).

Comecei trabalhar muito cedo, de doméstica sai de casa com 12 anos de idade, pra trabalhar. Cuidava de uma senhora que na época quando fui cuidar ela andava ainda, mas logo em seguida ela ficou acamada. E foi um pouquinho complicado na época da adolescência a gente sente muito sono, ela dormia o dia inteiro e a noite passava a noite acordada, e eu não tinha

direito de dormir no dia seguinte né! Durante o dia. Quando fui ficando mais mocinha queria sair com os amigos, podia sair, mas tinha que falar com uma tia minha pra ficar no meu lugar. E não tinha direito de dormir no dia seguinte, não tinha férias, o salário na época era como se fosse um terço do salário hoje em dia e a família podia pagar porque na época eles tinham bastante dinheiro. Mas como na época eu não entendia muito dessas coisas eu era um pouco boba né, menina pré-adolescente você não tem aquele entendimento, os pais também lavradores não tinha conhecimento também das coisas, né (Jasmim, 28/12/2024, 14h, Povoado Cajazeiras).

Os pais dessas mulheres, muitas vezes, se achavam sem saída mediante as situações que viviam na pobreza com vários filhos para alimentar, o sustento vinha do campo, dos roçados, a educação precarizada. E aqueles que conheciam as condições dessas famílias se aproveitavam, como vemos nas falas delas acima, com falsas promessas, que motivavam os pais a ver um novo horizonte para os filhos, entregavam com confiança mesmo com o coração apertado, não queriam que seus filhos tivessem o mesmo futuro deles.

Isso fez com que elas migrassem para a cidade em busca de algo que fosse menos cansativo como nas roças e o trabalho doméstico, na sua visão, acabou sendo a forma que encontraram para sair daquela situação exaustiva. O pouco rendimento proporcionado pela agricultura não dava para manter as necessidades básicas de alimentação, vestimenta, calçados etc., acreditando poder encontrar melhores condições de trabalho e renda na cidade. Outras começaram trabalhando nas casas de família na própria região onde moravam, nas casas de famílias que tinham mais dinheiro, propriedades, como vemos na fala de Rosa, a seguir:

Comecei a trabalhar com a idade de 16 anos, pois tinha vontade de ter minhas coisas, roupas, calçados, e meus pais não tinham condições de me dá porque tinha meus outros irmãos para dá e nos alimentar (Rosa, 23/12/2024, 15h, Povoado Cajazeiras).

A primeira família que eu comecei a trabalhar foi para a mesma que meu pai trabalhou por muitos anos. Eu trabalhava como acompanhante de idosa, da Dona Claudia, para acompanhar para levar para levada, para aguar os canteiros e no que ela precisasse. Aí eu também ajudava a mãe preta, senhora quer morava nessa casa e fazia de um tudo. Eu a ajudava a fazer comida, torrava café, ajudava a pelar porco, pisava arroz, fazia doce, a mãe preta sempre me orientando. Me pagavam um valor, no momento eu não lembro exatamente quanto, mais era uma mixaria, passei 07 anos trabalhando lá para essa família (Rosa, 23/12/2024, 15h, Povoado Cajazeiras).

Vim para São Paulo com 16 anos, a convite de uma tia minha. Na verdade, mais em busca de um futuro melhor e novas oportunidades do que um convite. Tive que abandonar a minha família no interior para ajudá-los. Meu primeiro serviço foi em uma casa de libaneses conhecidos dessa minha tia.

Não foi algo fácil, sabe? Não tínhamos horário fixo de jornada de trabalho, nem direito a folgas, e muito menos a um salário digno. Era uma escravidão! (Lírio, 12/12/2024, 11h, São Paulo - SP).

Ao ver essas declarações, é interessante pensar nos motivos que fizeram com que essas mulheres migrassem de sua residência, no rural, e irem para o trabalho doméstico urbano nas capitais. Sobre esses motivos, Lisboa (2007), aponta inúmeras questões:

a questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um lugar diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a migração (Lisboa, 2007, p. 810).

A partir das justificativas das interlocutoras é possível identificar que “a escolha” para a profissão do trabalho doméstico partiu da necessidade de melhores condições. Ou seja, resultado do que foi possível conseguir diante das dificuldades presentes em suas vidas e da condição social em que viviam. Diante da situação enfrentada na zona rural, tornou-se melhor o trabalho doméstico, atividade mais acessível e com menor exigência em qualificação profissional.

As seis (6) trabalhadoras domésticas entrevistadas declararam ter sonhos pessoais e profissionais, vontade de seguir outra carreira profissional como ser professora, artesã, gastronomia, casa própria, entre outros. O sonho foi interrompido pela necessidade. Alguns sonhos ainda não realizados pela rotina exaustiva de trabalho e o tempo se torna curto ao fim do dia. Os sonhos ainda persistem em seus corações, como declararam Violeta, Rosa e Azaleia:

Um sonho de ser professora, porque é uma profissão que admiro muito (Violeta, 06/06/2024, 13h, Povoado Cajazeiras).

Eu queria ser artesã, por ser algo que gosto e sei fazer bem (Rosa, 23/12/2024, 15h, Povoado Cajazeiras).

Tenho um sonho de ser chefe de cozinha, trabalhar com gastronomia (Azaleia, 04/06/2024, 18h, Povoado Estiva).

Outras trabalhadoras domésticas demonstraram satisfação, apesar das dificuldades que enfrentam, pois é através dessa profissão que vem o sustento delas. A seguir, os depoimentos de Violeta, Rosa e Tulipa:

Eu tenho orgulho da minha profissão, é cansativa a minha rotina, mas é o que eu sei fazer né! (Violeta, 06/01/2024, 10h, Povoado Cajazeiras).

E só tenho a agradecer, tudo que tenho hoje veio do meu trabalho como doméstica, agradeço aos meus patrões que me deram a oportunidade de emprego para eu ter minhas coisas hoje (Rosa, 23/12/2024, 15h, Povoado Cajazeiras).

Quando eu vim embora pro Maranhão, grávida da minha primeira filha, e aqui foi que eu comecei a trabalhar né, em outra casa que é a que trabalho até hoje. Aí que meu trabalho passou a ser valorizado né, onde eu comecei a trabalhar, ter a hora pra entrar, hora pra sair, receber o salário digno, ter meus direitos, meus feriados e finais de semana. Mas hoje na casa que eu tô, eu me sinto valorizada eu vejo que eles têm a procuração comigo, me pagam um salário bom (Tulipa, 06/06/2024, 13h, Povoado Cajazeiras).

Algumas se mostraram insatisfeitas, mas por não terem tido outra opção, mesmo trabalhando longos anos não se acostumaram nesta profissão. Como declara a Lírio:

Falam que a escravidão acabou, mas ela ainda continua. Trabalhei muitos anos como doméstica, mas não trabalho mais atualmente com isso. Hoje, sou aposentada por tempo de serviço. Acredite que hoje, estou colhendo os frutos de um caminho difícil que foi trabalhar em casa de família. Toda rotina de terror psicológico que você tende a sofrer para conseguir um salário digno no final do mês (Lírio, 12/12/2024, 11h, São Paulo - SP).

Das trabalhadoras domésticas entrevistadas, 4 têm filhos, somente 2 não têm. O filho de Azaleia e a filha de Lírio já são adultos e formados, graças à criação e ajuda dessas mães. Os filhos (a) de Violeta também já são adultos e possuem famílias. As filhas de Tulipa ainda são menores e estudam. Essas mães sempre fizeram o possível para que seus filhos não viessem ter a mesma profissão que elas, e sim ter um futuro melhor, ter uma profissão menos cansativa, menos desgastante, menos desvalorizada.

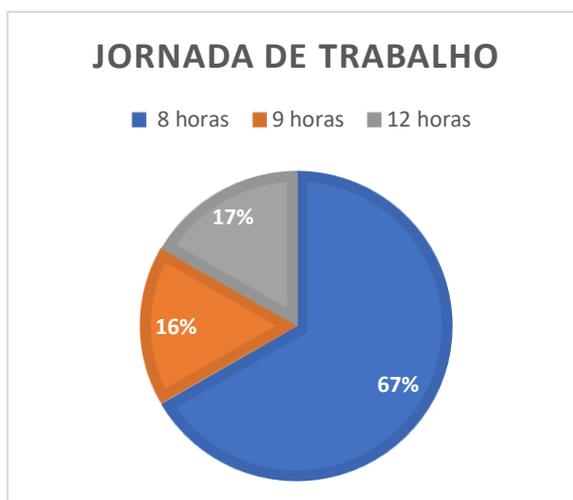
As duas afirmaram não ter filhos, foi por motivos de medo dos desafios que é ter filhos, a criação, educação, cuidados básicos. E o medo de não ter a presença do pai e ter responsabilidade em dobro, pois antes quem tinha filhos sem a presença do companheiro no interior de origem delas, era motivo de julgamento, e elas tinham essa preocupação de levar mais uma pessoa para seus pais cuidarem.

Algumas das domésticas entrevistadas dizem que sofrem julgamento vindo de pessoas e da sociedade devido à falta de uma família tradicional, ou seja, não tem cônjuges nem filhos para partilhar a vida. Isso parte da visão machista e patriarcal na sociedade em que vivemos, sociedade essa que julga quando se é mãe solo, quando não é casada, pois para a sociedade uma mulher para ser feliz é preciso construir família (Gonçalves, 2016). Algumas das domésticas que relataram ser mãe solo, a principal rede de apoio delas foram os pais no interior. No entanto, é notável as preocupações delas para com os filhos e sobre ter filhos, se preocupam em passar para seus filhos as oportunidades que não tiveram, principalmente, o estudo, de acordo com suas declarações

4.2 Jornada de trabalho e atividades realizadas pelas trabalhadoras domésticas

A questão da carga horária de trabalho para as trabalhadoras domésticas sempre foi um tema sensível, devido à relação próxima que se estabelece entre o empregador e a empregada doméstica. O que leva, muitas vezes, ao aumento de horas trabalhadas, principalmente, para as trabalhadoras que dormem no serviço, o que pode levar a uma falta de transparência em relação às horas trabalhadas, tornando difícil discutir o assunto entre patrão e empregado. Historicamente, os empregadores têm dificuldade em cumprir os direitos das trabalhadoras domésticas, que continuam a enfrentar jornadas de trabalho longas e extenuantes. Dentre as seis domésticas entrevistadas, as horas de jornadas de trabalho são diferentes. Como o gráfico abaixo ilustra.

Gráfico 1: Jornada de Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Segundo os dados apresentados, fica visível o não cumprimento da Lei nº 150, em que a Lei dita que a jornada de trabalho deve ser de 8 horas diárias e 44 horas semanais, para todas as trabalhadoras domésticas. Todas as domésticas entrevistadas declararam que a jornada de trabalho é cansativa e exaustiva. Como declarou Azaleia: “era cansativo, às vezes, não acabava o serviço no horário certo, pois aparecia um serviço a mais” (Azaleia, 04/06/2024, 18h, Povoado Estiva).

Com relação às atividades realizadas pelas trabalhadoras domésticas, a grande maioria faz comida, lava e passa nas casas das famílias, como veremos na tabela a baixo.

Tabela 1: Atividades realizadas pelas trabalhadoras domésticas

Trabalhadoras domésticas	Atividades/tarefas que realizam como domésticas
Violeta	Faço comida, limpo casa, lavo e passo roupas.
Azaleia	Eu era cozinheira, fazia comida e lavava a cozinha.
Tulipa	Cozinho, lavo e passo, faço a limpeza geral da casa.
Rosa	Cuido de uma senhora, banho, dou alimentação e faço algum mandado dela lavo os dois banheiros da casa dela.
Jasmim	Lavo, passo roupa, faço mercado e cozinho, cuido da casa e de uma criança. Levo a criança na escola e em atividades complementares.
Lírio	Eu trabalho na recepção do hotel.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025

As domésticas entrevistadas declararam as profissões dos seus patrões, a grande maioria de seus patrões trabalha fora, e uma pequena parcela é aposentada.

Tabela 2: Atividades dos patrões

Trabalhadoras domésticas	Atividades dos patrões
Violeta	Meus patrões são aposentados. Ele era dentista e ela trabalhava na caixa econômica.
Azaleia	Meus patrões eram aposentados. Meu patrão era médico, minha patroa dona de casa.
Tulipa	Meu patrão é delegado, minha patroa é assessora de promotor.
Rosa	Minha patroa é aposentada.
Jasmim	Minha patroa é arquiteta e decoradora.
Lírio	Meus patrões são donos do hotel onde trabalho.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025

Dentre as domésticas, 5 relataram que não se incomodam em trabalhar quando os seus patrões estão em casa, pois segundo elas a presença deles não interfere na realização das atividades. Somente Jasmim relatou desconforto:

Prefiro trabalhar quando ela não está em casa, já que eu cuido da casa e da filha dela, é muitas atividades e quando ela está em casa aparece mais trabalho (Jasmim, 28/12/2024, 14h, Povoado Cajazeiras).

4.3 Trabalho infantil doméstico

Das 6 empregadas domésticas entrevistadas nessa pesquisa, 3 delas começaram a trabalhar muito novas com idades de 6, 10 e 12 anos, é notável através de seus relatos o trabalho infantil doméstico presente em suas vidas.

Sai de casa com 10 anos de idade, então foi a primeira vez que sai do interior pra cá pra Fortaleza pra casa do seu A. E ele era um excelente patrão muito gente fina bom pra mim. Agora a mulher dele não era legal, não era boa pra mim. Primeiro ela iludiu minha mãe dizendo que iria me botar pra estudar e nunca me botou e ela era professora né! hoje em dia não é mais porque ela já é aposentada mais ainda é viva. Então, nunca me botou no colégio só

soube me explorar eu como uma criança de 9,10 anos ela me botava para fazer tudo. Varrer casa, lavar banheiro, lavar quintal, esfregar quintal com vassoura na hora que tivesse chovendo, lavava quintal (Violeta, 06/01/2024, 10h, Povoado Cajazeiras).

A proposta que eles fizeram pra minha mãe, até onde eu sei né, era para ir cuidar de uma criança, e para me estudar. Mas aí a mamãe disse que eu ia morar com eles porque a mulher tava grávida ia ter uma bebê eu ia cuidar dessa bebê. Óia mulher, uma criança cuidar da outra. Então a história que sabia era essa, eu vinha cuidar dessa bebê, eles iriam me botar pra estudar e me dar as coisas, tá entendendo? Não negócio de dinheiro não, na verdade não foi negócio de empregada, não ia trabalhar pra ganhar dinheiro mesmo não. eles iriam me dá as coisas e me botar pra estudar a história era essa. E a proposta com certeza ele deve ter dito que ia ajudar ela né. Pra me ele não disse assim esse negócio de dinheiro não. Mas com certeza pra ela eles devem ter é falado que daria alguma ajuda alguma coisa. Pra mim não me davam nada, só me davam roupa na hora que, assim estavam se ajeitando para ir para o Maranhão aí eles compravam roupa chinelinho é roupas e calçado pra chegar lá bem arrumadinha pra dizer que eu andava arrumada, mas não era essas coisas, me dava roupa uma vez na vida na hora que eu ia pra lá. Esse negócio de colégio nunca, nunca fui nem na porta do colégio aqui em Fortaleza, nunca me levou, e ela era professora (Violeta, 06/01/2024, 10h, Povoado Cajazeiras)

Sai de casa eu tinha 6 pra 7 anos né, minha mãe me deu pra uma família que são meus padrinhos de batismo que me levaram pra Fortaleza - CE, eu tinha 6 anos, pra estudar segundo eles né, era pra estudar sendo que quando eu cheguei lá foi totalmente diferente. Eu só trabalhava, trabalhava, trabalhava dia e noite, limpava casa cuidava de duas crianças não ganhava um real, e não podia estudar eles não me deixavam estudar, eu não estudava só trabalhava, passava o dia limpando casa, eu cuidava de duas crianças. Eles, meus patrões, me batiam (...) eu ficava de castigo (Tulipa, 23/06/2024, 13h, Povoado Cajazeiras).

Os autores Faria, Ferreira e Paula (2016) destacam em seu artigo que essa questão do apadrinhamento, o “ajudar para estudar” de meninas naturais da zona rural, que trabalham com serviços gerais nas casas de famílias de classe média e alta é muito comum, pois prometem o acesso à educação formal e melhores condições de vida e uma ajuda financeira para a família, mas na verdade elas encontram uma rotina exaustiva de trabalho. Ou seja, essa relação do “apadrinhamento” legitima o abuso de autoridade do padrinho/madrinha, colocando assim máscara na exploração do trabalho infantil, que muitas vezes se dá nas condições análogas à escravidão, como vimos no relato de Tulipa.

Por conta da rotina exaustiva do trabalho doméstico, muitas vezes, até sem remuneração, Jasmim retrata as dificuldades enfrentadas para conseguir estudar. Segundo ela:

Quando eu trabalhava em São Luís –MA para o filho da senhora que eu cuidava no interior que eu morava. Me pagaram até uns dois três anos, não lembro direito, depois passou a não ter mais dinheiro, o dinheiro era só pra condução, pra ir comprar aqueles vales transporte né, pra ir pro colégio. Aí

começou eu não ter algumas coisas né, chegou uma época deu ter duas sandálias pra ir pro colégio, uma era da patroa que não queria mais, era um número a menos do que meu pé, quando eu ia pro colégio eu tinha que botar uma calça maior pra cobrir o calcanhar e era assim, tinha duas sandálias uma minha que era doação dela que era um número menor né. Sobre o estudo em São Paulo – SP, quando eu cheguei lá eu estudei um ano, eu fiz supletivo fiz o primeiro e o segundo ano, foi o que eu consegui fazer porque eu estudava na parte da manhã até meio dia e eu não consegui mais concluir porque ele não deixava eu estudar a noite e era pouco tempo pra mim fazer o almoço, cuidar das coisas tudo né, eu chegava meio dia quando dava uma hora da tarde ele queria que a comida já tivesse pronta e aí ficou muito puxado foi aí que eu abandonei os estudos, eu não tava conseguindo era muita coisa pra fazer e aí ele exigia mais coisas pra fazer também. E foi complicado pra mim, eu não consegui terminar os estudos, falta um ano ainda pra eu terminar o ensino médio (Jasmim, 28/12/2024, 14h, Povoado Cajazeiras).C

Através desse relato, é visível que muitas trabalhadoras domésticas começaram a trabalhar nas casas de famílias, fora de seus lares de origem, em serviço para adultos ainda muito jovens, ou seja, crianças que foram tiradas a infância para poder trabalhar, em muitos casos para ajudar a família. Por conta da carga horária de serviço exaustiva, nenhuma concluiu o ensino médio, outras não conseguiram nem mesmo o ensino fundamental. E essa desvantagem escolar afetou até mesmo para o conseguir uma nova profissão.

Esta realidade ainda é presente na nossa sociedade, embora proibido por lei, segundo a Lei nº 10.097, no Art. 403: “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos” (Brasil, 2000). Conforme os dados da OIT¹⁶ (2013) cerca de 10,5 milhões de crianças em todo o mundo trabalham como trabalhadores domésticos e cerca de 71% são meninas. Dados mais recentes da FNPETI¹⁷ (2022) sobre o trabalho infantil doméstico no Brasil, aponta mais de 80 mil crianças, a grande maioria são meninas (85%), negras (70%) e adolescente entre 14 a 17 anos (94%).

4.4 Discriminação, preconceito e a desvalorização presente no trabalho doméstico

¹⁶ Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho.

¹⁷ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

Infelizmente a discriminação e o preconceito é algo existente no trabalho doméstico, a Jasmim relatou durante a pesquisa uma situação que ocorreu quando era criança e trabalhava para uma família em Fortaleza - CE. Como ressaltou Violeta:

Eu acho que é por isso que eu gosto de bolo até hoje. Porque uma vez sempre dia de sábado minha patroa fazia bolos pra "gente" tomar café sábado e domingo, ela fazia sempre de tarde. Aí fez um bolo me deu um pedacinho no domingo de manhã, só um pedacinho. E criança tu sabe olho grande né, aí ela foi tomar banho, pedi a empregada, a outra menina que morava lá, um pedaço de bolo aí ela disse tira um pedacinho aí, eu fui tirar, bem ai o irmão dela viu falou pra ela, sabe o que foi que ela disse? Nunca esqueci, nunca contei isso pra ninguém, aí falou pra outra menina que trabalhava lá fulana não lembro mais nem do nome. Fulana por favor bota feijão no fogo pra encher o bucho dessa negrinha, que essa negrinha tá morrendo de fome é uma morta de fome, bota feijão no fogo que enche barriga de pobre negra é feijão. Desse jeito, por causa que eu tinha tirado esse pedaço de bolo (Violeta, 06/01/2024, 10h, Povoado Cajazeiras).

Dentre as desvalorizações vividas por essas mulheres, está a negação de ajuda para tirar as documentações para aquelas que começaram a trabalhar ainda criança. Segundo os relatos de Violeta e Tulipa:

Eu tinha vontade de votar, de tirar meu título. Aí o pessoal perguntava eu tinha vergonha né. Eu tirei meu título gente agora nessas eleições pra votar Juliana é uma coisa que nem minha família sabia. A minha família descobriu que eu não tinha título nem CPF nessa pandemia que veio, que aquele benefício do governo todo mundo mandando eu fazer isso aquilo outro, nossa senhora na hora que eu consegui falar pra minha filha V. Eu fiquei doente, fiquei tão doente, cai numa depressão uma crise de choro medonha, porque meus filhos não sabiam, ninguém da minha família, todo mundo achava que eu tinha meus documentos normal, isso aquilo outro nunca tinha votado na minha vida, aí agora como eu precisei né agora graça a eu tenho meu título tudo direitinho, mas eu não tinha por causa da dificuldade de assinar que eu ficava morrendo de vergonha, nervosa, nunca me botaram no colégio, nunca tive oportunidade de estudar (Violeta, 06/01/2024, 10h, Povoado Cajazeiras).

Quando eu fiquei de maior fiz uma amizade com uma pessoa que foi quem me deu um apoio muito grande, que eu fui morar com ela, ela me ajudou a tirar documentos e tudo, que até então nem documento eu tinha quando eu morava com família que me levou do interior para Fortaleza -CE (Tulipa, 23/06/2024, 13h, Povoado Cajazeiras).

Ficou explícito nesses relatos o preconceito racial, como também a desvalorização com a pessoa que exerce o trabalho doméstico. É profundamente perturbador constatar que, apesar da autoproclamada ausência de racismo no país, ainda existem empregadores que perpetuam atitudes racistas contra trabalhadoras domésticas negras. Essa realidade é um reflexo da herança escravocrata enraizada na sociedade brasileira. Esses empregadores, imbuídos de preconceito e privilégio,

se sentem no direito de desvalorizar e humilhar mulheres negras domésticas, baseando-se em sua condição social. Essa mentalidade é sintomática de uma cultura que valoriza a concentração de riqueza e poder, enquanto mantém os mais vulneráveis em condições precárias.

Patrões queriam que essas mulheres vivessem em uma sociedade como indigentes. Jasmim relata um ocorrido com a mãe de uma ex – patroa, que através de um ato a deixou ofendida por achar que ela não é digna de um bem material novo. Como declarou:

Uma situação que me marcou, foi uma vez em que eu estava de férias no Maranhão na casa dos meus pais, a mãe da minha antiga patroa de quando eu trabalhava em São Luís – MA, mandou me chamar, a casa dos meus antigos patrões aqui no interior fica próxima da dos meus pais, pois meus pais trabalhavam para eles antigamente. Fui lá para saber do que se tratava, chegando lá era pra me olhar umas roupas usadas dessa senhora para eu comprar. Me recusei a comprar, agi educadamente. Porém fiquei muito chateada e ofendida (Jasmim, 28/12/2024, 14h, Povoado Cajazeiras).

A partir dos relatos é possível identificar os casos de discriminação e preconceito no mercado de trabalho doméstico, a exclusão e o constrangimento que afeta até mesmo a autoestima dessas mulheres. Um trabalho que a sociedade não valoriza e, muitas vezes, oprime e tenta diminuí-las, mesmo tendo seus direitos por leis, infelizmente poucos respeitam. As trabalhadoras domésticas vivenciam essa desvalorização do seu trabalho por muitos longos anos e até mesmo nos dias atuais. Os avanços na legislação vieram para poder melhorar as questões de direitos trabalhistas para essas trabalhadoras, sendo reconhecido como uma profissão digna.

4.5 Avanços na legislação do trabalho doméstico

Um avanço muito importante para o trabalho doméstico e seus direitos trabalhistas ocorreu em 2015 com a Lei Complementar nº 150/2015, conhecida como PEC das domésticas. Houve uma ampliação em relação aos direitos trabalhistas, direitos esses valorizados por Lei para essa profissão tão invisível e desvalorizada perante a sociedade. Ao realizar a pesquisa todas as entrevistadas afirmaram conhecer a PEC, e afirmam ser muito importante para elas, pois essa PEC é essencial para a garantia dos direitos trabalhistas.

Mesmo com os avanços da lei, os direitos de muitas trabalhadoras domésticas ainda são negligenciados, principalmente dentro dos lares onde trabalham, pois fica

difícil para fiscalização sem autorização dos patrões. Isso prejudica as trabalhadoras domésticas, pois são elas que as mais afetadas com as negligências. Como Violeta e Jasmim declaram:

Pois é Ju, eu nunca trabalhei de carteira assinada como eu tô falando né. Mas eu tinha sorte porque geralmente nas casas que eu trabalhava, eu não trabalhava de carteira assinada, mas eles me davam o décimo tá entendendo?! Não davam assim direito como era por lei, mas dava do jeito deles e eu sem entender muito a lei recebia. Hoje em dia não, mais naquele tempo meus Deus o que viesse era bem vindo né. Mas nunca trabalhei de carteira assinada, eu tinha muita vontade porque algumas pessoas que conhecia tinha. Hoje em continuo sem ter carteira assinada (Violeta, 06/01/2024, 10h, Povoado Cajazeiras).

Na época que eu trabalhava em São Paulo para seu Luís, eu não tinha fundo de garantia, não era obrigação pagar fundo de garantia só entrou se não me enganou em 2016 o Pec das domésticas né, 2015, 2016 aí ele assinou né e deixou esperar uns dois meses com Pec das domésticas e me mandou embora embora praticamente sai sem nada porque ele não me mandou embora antes, depois ele me falou né, foi cara de pau. Que se ele tivesse me mandado embora antes do Pec das domésticas ele tinha que pagar pra mim uns trinta mil reais. Na época eu fiquei um pouco chateada né, porque era uma pessoa que tinha condições de pagar né e eu fiz bastante coisas por eles, às vezes a gente abdica da vida da gente né, pessoal pra dar mais atenção pra eles (Jasmim, 28/12/2024, 14h, Povoado Cajazeiras).

Ao entrevistá-las sobre os seus direitos perante a lei da PEC das domésticas, 2 delas afirmaram não terem a carteira de trabalho assinada, embora tivessem os direitos ao salário mínimo, 13º salário, intervalo para almoço e folga semanal, porém nada legalizado na carteira de trabalho.

Já as outras 4 entrevistadas afirmaram ter carteira de trabalho assinada, e que recebem no exercício da sua profissão todos esses direitos, 13º salário, intervalo para almoço e folga semanal, férias anuais de 30 dias, recolhimento do INSS e fundo de garantia por tempo de serviço. Isso tudo é resultado de muita luta e trabalho, somente Lírio está aposentada por tempo de serviço, no entanto, ainda trabalha como recepcionista. Rosa ainda espera chegar o momento de sua aposentadoria que está bem próximo.

Hoje sou aposentada por tempo de serviço. Acredito que hoje estou colhendo os frutos de um caminho difícil que foi trabalhar em casa de família. Toda rotina de terror psicológico que você tende a sofrer para conseguir um salário digno no final do mês (Lírio, 12/12/2024, 11h, São Paulo - SP).

Em 2023 quando fiquei desempregada fui no INSS para dar entrada na aposentadoria. Pois a segunda família que eu trabalhei assinaram minha carteira, mas eles tiraram cinco anos. Passei seis meses com minha família no interior, após isso eu voltei trabalhar novamente para uma outra família, porque eu não sou aposentada ainda. E eu e minha irmã temos um

apartamento pra pagar, entendeu? Eu acredito que em 2025 ou 2026 eu já esteja alcançado o tempo certo pra poder me aposentar (Rosa, 23/12/2024, 15h, Povoado Cajazeiras).

Apesar de tudo, é nítido os avanços legislativos em suas vidas trabalhando se comparado ao início de suas vidas como domésticas. E que a Lei possa continuar sendo cumprida devidamente na vida de cada uma dessas trabalhadoras, assim também como nas demais que exercem essa profissão tão importante para a nossa sociedade, que haja fiscalização para o cumprimento dessas leis, e principalmente, a valorização.

4.6 Conquistas trabalhando como doméstica

Ao trabalhar como domésticas, as entrevistadas relataram algumas conquistas como fruto de seu trabalho. E ao falar sobre essas conquistas muitas brilharam os olhos e mencionavam com muita alegria, que:

Consegui criar meus filhos, trabalhava e mandava dinheiro para minha irmã, para ajudar na comida e vestimenta. Ajudei e ajudo minha família como posso. Consegui fazer minha casa e comprar uma moto (Violeta, 06/01/2024, 10h, Povoado Cajazeiras).

Através do meu trabalho consegui ajudar meus pais e ajudar meu filho com a faculdade (Azaleia, 04/06/2024, 18h, Povoado Estiva).

A minha conquista com meu trabalho é poder sustentar minhas filhas e ajudar na criação delas (Tulipa, 23/06/2024, 13h, Povoado Cajazeiras).

Consegui comprar uma casa em São Luís - MA e financiei junto com minha irmã um apartamento que estamos pagando ainda. Eu e elas compramos uma moto, que fica no interior dos nossos pais. Ajudo minha família. Ah! E também comprei uma carroça para ajudar meus pais e meu irmão para ajudar no serviço rural (Rosa, 23/12/2024, 15h, Povoado Cajazeiras).

Consegui minha independência, comprar minhas coisas que tinha vontade de uso pessoal. Junto de minha irmã financiamos um apartamento onde moramos aqui em São Paulo - SP. Comprei junto de minha irmã uma moto. E ajudo como eu posso meus pais e o restante da minha família (Jasmim, 28/12/2024, 14h, Povoado Cajazeiras).

A minha conquista foi poder criar minha filha e ver ela se formar. Além das coisas básicas do dia a dia, que são necessárias para sobrevivermos (Lírio, 12/12/2024, 11h, São Paulo - SP).

Ao ouvir a história de vida de cada uma dessas mulheres, por tudo que passaram até chegar aqui, e ao ouvir esses relatos de conquistas pude ver que o trabalho delas pode dar um retorno gratificante na vida delas em meio a tantos

desafios enfrentados por cada até mesmo ainda hoje. Aquelas crianças e adolescentes que saíram dos seus povoados com um sonho de mudança em suas vidas, puderam conquistar esse sonho, infelizmente, com grande dificuldade, dor, desvalorização e preconceitos enfrentados duramente. Hoje, são mulheres carregadas de marcas de uma trajetória de vida sofrida, que ainda estão até hoje exercendo e sobrevivendo trabalhando nessa profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo central analisar as trajetórias de mulheres naturais de São Bernardo - MA que são empregadas domésticas nos grandes centros urbanos, São Luís - MA, Fortaleza – CE e São Paulo - SP. No intuito de cumprir tal objetivo começamos com a historicização sobre origem do trabalho doméstico no Brasil, fazendo um levantamento teórico de trabalhos desenvolvido com a temática do trabalho doméstico. O trabalho doméstico desde sempre enfrenta problemas como: a desvalorização, a informalidade, o preconceito, a discriminação, tudo isso vem da origem escravocrata enraizada que a sociedade carrega.

O estudo sobre as mulheres no mercado de trabalho em áreas urbanas revelou que uma grande parcela do trabalho doméstico é dominada por mulheres por conta que essas mulheres, geralmente, têm pouca educação formal e habilidades profissionais limitadas. Por alguns anos recebiam salários modestos, abaixo do que realmente elas deviam receber. Todas elas são migrantes rurais que sentiram a necessidade de ir em busca de emprego em serviços domésticos devido à falta de oportunidades alternativas.

Em relação ao município de São Bernardo - MA e aos povoados de origem das trabalhadoras domésticas, o que vemos é que apesar dos progressos ao longo dos anos, as oportunidades e condições de vida para a população ainda são limitadas e precarizadas. Em particular, a falta de oportunidades de emprego é um desafio significativo, levando muitas pessoas, principalmente, jovens a migrar para outros estados em busca de uma vida melhor.

A atividade de trabalho doméstico é marcada por uma realidade desafiadora, em que a discriminação e o preconceito são presentes e afetam profundamente as trabalhadoras. Essas questões são profundamente enraizadas em problemas de desigualdade social e racial, refletindo uma cultura histórica que perpetua essas injustiças no Brasil.

Dentre os avanços legislativos, dois se destacam, pois foram e são fundamentais para o trabalho doméstico. Primeiro a Constituição de 1988, que representou um avanço para a categoria, conferindo mais valor e possibilitando a reivindicação de direitos. O segundo: Emenda Constitucional nº 72/13 que estabeleceu igualdade de direitos trabalhistas entre trabalhadores domésticos e outros trabalhadores, corrigindo uma injustiça histórica. No entanto, é essencial

monitorar a implementação dessas leis para evitar retrocessos, pois ainda existem resistências por parte de alguns empregadores em cumprir as determinações legais.

Ao analisar os relatos de cada uma das entrevistadas sobre os bens conquistados com esforço e dedicação, é possível notar a satisfação, alegria e orgulho que elas sentem ao alcançar seus objetivos através do seu próprio trabalho. Essa sensação de realização é ainda mais significativa considerando as numerosas dificuldades e desafios que elas enfrentaram ao longo do exercício da profissão.

Por fim, o que fica evidente é que a cultura arraigada no país, herdada do período escravocrata, limita as oportunidades de melhorias nas condições de trabalho das trabalhadoras domésticas. Contudo, fica notório através dos relatos delas o não cumprimento da lei por grande parte dos patrões e das patroas, o que resulta na informalidade das relações trabalhistas em ambiente doméstico. Questões como racismo são trazidas por elas mediante suas vivências. Assim, as conclusões desta pesquisa são o rompimento da invisibilidade das realidades dessas mulheres e as distintas opressões que as mesmas vivenciaram e ainda vivenciam, materializando a realidade do racismo, da escravidão moderna e das desigualdades socioeconômicas ainda presentes no país.

REFERÊNCIAS

Inquéritos policiais

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Inquéritos policiais da chefatura de polícia**. Subdelegacia de Polícia (1890-1910).

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. **Autos-crimes**. Comarca de São Luís. (1890-1910).

Obras literárias

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo. Editora Martin Claret, 1890.

LOBATO, M. **O sítio do pica pau amarelo**. 34.ed. ilustr. Manoel v. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Fontes Secundárias

ASSIS, M. C. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo, 2009.

BRASIL. Lei N° 11.324, de 19 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111324.htm>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional n° 72, de 2 de abril de 2013, que altera a redação do parágrafo único do art. 7° da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos entre trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Portal Legislação, Brasília, abr. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 10 jan.2025

BELÉM, E. O. A (im)possibilidade de inserção da empregada doméstica mensalista no rol de direitos trabalhistas contidos no Artigo 7º da Constituição Federal. In: **Anais do VI Encontro Toledo de Iniciação Científica**, 2010. Presidente Prudente: Toledo, 2010.

BARDANACHVILI, R. **Entenda o movimento que levou as classes inferiores da cidade dos cortiços para os morros**. Rio de Janeiro: Globo, 2013. Disponível em: <http://tv.globo.com/novelas/lado-a-lado/Fique-por-dentro/naqueletempo/noticia/2012/10/naquele-tempo-do-cortico-para-o-morro-da-providencia-que-historia-e-essa.html>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Lei Complementar n° 150, de 1º de Junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em: 24 de jan. 2025

CONCEIÇÃO, E. B. **A negação da raça nos estudos organizacionais**. In: Anais do XXXIII EnANPAD, 2009, São Paulo. Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

CORREIA FILHO, Francisco Lages et al., **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão**: relatório diagnóstico do município de São Bernardo. Teresina: CPRM-Serviço Geológico do Brasil, 2011.

COSTA, W. C. Novo tempo/Maranhão novo: Quais os tempos da Oligarquia? In: SOUSA, M. M. F. (org). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. da L. A.; PAULA, A. M. N. R. de. "NA CASA DOS OUTROS": mulher, doméstica e migrante? A soma das desigualdades femininas. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2017. DOI: 10.14393/CEF-v29n2-2016-16. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/33383>. Acesso em: 10 fev. 2025

FNPETI. O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO BRASIL: análises estatísticas [https://media.fnpeti.org.br/publicacoes/arquivo/O trabalho infantil dom %C3%A9stico no Brasil - an%C3%A1lises e estatisticas.pdf](https://media.fnpeti.org.br/publicacoes/arquivo/O%20trabalho%20infantil%20dom%C3%A9stico%20no%20Brasil%20-%20an%C3%A1lises%20e%20estatisticas.pdf)

FARIA, G. J. A; FERREIRA, M. D. L. A; PAULA, A. M. N. R. D. "Na casa dos outros": mulher, doméstica e migrante? **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 267-285, jul. 2016.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. São Paulo, Editora: elefante, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 48ª Edição. São Paulo, Global Editora, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIS, Raizza Carvalho. **A condição da mulher no trabalho doméstico**: uma análise para o município de João Pessoa-PB / Raizza Carvalho Gois. – João Pessoa, 2017.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984. p. 236.

GONÇALVES, Eliane. Solteira, sem filhos: menos que meia pessoa? **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 22, p. 479-509, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População recenseada e estimada, segundo os municípios – Maranhão - 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de jan.2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada / Carolina Maria de Jesus; ilustração de No Martins. -- 1. ed. -- São Paulo: Ática, 2020.

Jornal Nacional. Número de trabalhadores domésticos com carteira assinada completa três anos em queda. 03.abril./2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/04/03/numero-de-trabalhadores-domesticos-com-carteira-assinada-completa-tres-anos-seguidos-em-queda.ghtml>. Acesso em 11. jan. 2025.

Lei Ordinária nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial República Federativa do Brasil: Poder executivo. Brasília, DF, 2000.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 3, v. 15, p. 805-821, set. /dez. 2007.

MENDONÇA. C.M.S; SILVA, J.J.B; AZAR, Z.S. **A educação do campo no maranhão**: algumas considerações. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, GT-14 – Educação no Campo, Curitiba, nov./2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14_1507655310_arquivo_singafinal1.pdf. Acesso em: 01 jan. 2025.

MAIA, M. V. C. **A inconstitucionalidade do parágrafo único do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988**. Minas Gerais: Universidade de Uberaba, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. **Novos Estudos**, n. 74, p. 107-123, 2006. Tradução. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

OLIVEIRA, T.P. **O trabalho na vida das mulheres chefes de família**. 2014. Disponível em < <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2280/747.pdf> > . Acesso em 05. jan. 2025.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Brasil tem o maior número de domésticos do mundo**. 2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-dedomesticas-do-mundo-diz-oit.html> > . Acesso em: 09. jan. 2024.

JORNAL PACOTILHA, Hemeroteca Biblioteca Nacional (BNDigital). Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/.pacotilha/168319>. Acesso em: 12 fev. 2025.

JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO, Hemeroteca Biblioteca Nacional (BNDigital). Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/.diario-maranhao/706698>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PEREIRA, A. G.; COLASANTE, T.; SANTOS, L. O. dos; MELO, A. L.; LIMA, N. R. T.; DANTAS, S. C. M. Relações de gênero e vulnerabilidade na microrregião do Baixo

Parnaíba Maranhense. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. e6709, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.5-153. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6709>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PINHEIRO, L. *et al.* Texto para discussão 2528: Os desafios do passado no trabalho doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Rio de Janeiro: IPEA: 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf>. Acesso em 10. jan. 2024.

PESSOA, E.D; MARTINS, M.A. Dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período de 1970-90. **Revista de Política Públicas**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 15-38, 1996.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: A Senzala Moderna é o quartinho da Empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019. 212 f.

RONCADOR, S. Histórias paranoicas, criados perversos no imaginário literário da Belle Époque tropical. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 27, p. 127-40, jan./jun. 2007.

SALES JR., R. **Democracia racial**: o não-dito racista. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SILVA, Felipe Costa. **Matriz São Bernardo**: de capela a santuário. Impreco, Fortaleza - CE, 2017.

SILVA, M. H. R. Mulheres negras no mercado de trabalho: empregadas domésticas. **Rev. Ed. Popular, Uberlândia**, n. 5, p. 43-8, jan./dez. 2006.

SILVA, Alves, Edineia. **RECURSOS CULTURAIS E DESEMPENHO ESCOLAR**: estratégias educativas e propriedades sociais de grupos familiares na zona rural de São Bernardo-MA / Edineia Silva Alves. 2023.

SOUZA, Isabelle Gonçalves. **O idoso como provedor familiar**: itinerários de velhos em arranjos familiares contemporâneos/ Isabelle Gonçalves de Souza – São Bernardo, 2014.

STEPAN, N.L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005b.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho Doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VAZ, Raimundo Nonato. **São Bernardo documentário**: história da Matriz de São Bernardo Nossa Terra, Nossa Gente. 4ª ed. Sobral gráfica e Editora LTDA, Ceará, 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Perfil Sócio Econômico

1. Fale um pouco sobre você:

1.1 Nome:

1.2. Idade:

1.3. Cor:

1.4. Grau de escolaridade:

1.5. Estado civil:

2. Quem mora com você?

3. Você tem filhos? Qual a idade deles?

4. Eles estudam?

5. Quando você sai para trabalhar, quem cuida deles?

6. Além de você, quem trabalha na sua família? Com o quê?

7. Qual é a sua renda familiar?

8. Quem cuida dos afazeres domésticos da sua residência? Se for você, quando?

Trabalho/ Trabalho doméstico

9. Quando você começou a trabalhar? Por quê?

10. Qual era a profissão dos seus pais?

11. Você já exerceu outra profissão? Se sim, qual e quando?

12. O que te levou a trabalhar como empregada doméstica?

13. Há quanto tempo você trabalha como doméstica? E na casa atual?

14. Para quantas famílias você já trabalhou? O que muda de uma família para outra?

15. Por que é empregada doméstica hoje?

16. Você gosta de ser trabalhadora doméstica? Por quê?
17. Você gostaria de ter outra profissão? Se sim, qual e por quê?
18. Quantas horas você trabalha por dia?
19. Descreva como é sua jornada de trabalho ao longo da semana.
20. Quais atividades/tarefas você realiza no desempenho de suas funções?
21. O que você acha do seu salário?
22. O que você já conseguiu trabalhando como doméstica?
23. Além do trabalho doméstico, você possui outra fonte de renda? Se sim, qual?
24. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta no seu trabalho? Como você lida com essas dificuldades?
25. Seus patrões trabalham? Se sim, com que?
26. Como é a sua relação com seus patrões?
27. Você acha que poderia ser melhor? Em quais aspectos?
28. Você prefere trabalhar quando eles estão em casa ou quando saem? Por quê?
29. Se você fosse a patroa, como você trataria a sua empregada?

Aspectos Legais

30. Atualmente você trabalha com carteira assinada? Se sim, desde quando? Se não, você gostaria que fosse assinada?
31. No seu trabalho você tem direito a:
 - salário mínimo
 - 13º salário
 - intervalo para almoço
 - folga semanal

férias anuais de 30 dias.

INSS

fundo de garantia por tempo de serviço

outros:

32. Você já ouviu falar sobre a "PEC das domésticas"? O que você sabe sobre essa Lei? Você a considera importante?

32. Como você está vivenciando a PEC? Para você, trouxe alguma mudança?

34. Quais os seus sonhos?

35. Gostaria de falar algo mais?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de pesquisa: “AS “CAROLINAS” BERNARDENSES: UMA ANÁLISE DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO”.

Pesquisadora Responsável: Discente graduanda do Curso de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA Juliana Nascimento Silva.

Orientadora: Ana Caroline Amorim Oliveira

Matrícula: 2019036997.

Nome da participante: _____,

Por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento -TCLE que a convido a ser participante na pesquisa com o Projeto intitulado “AS “CAROLINAS” BERNARDENSES: UMA ANÁLISE DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO”.

De responsabilidade da pesquisadora Juliana Nascimento Silva tendo como orientadora a Prof. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira.

Faça uma leitura cuidadosa e o que você tiver de dúvidas pergunte sobre qualquer dúvida que surgir. Feito isso, caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações apresentadas neste Termo de Esclarecimento, fica o convite para que você aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. A pesquisa tem por objetivo compreender como é o trabalho doméstico segundo as trabalhadoras domésticas naturais de São Bernardo – MA, e que trabalham em grandes metrópoles segundo suas experiências de vida.

2. A participação nesta pesquisa consistirá em responder os questionários que serão aplicados tanto no formato físico quanto virtual através do *Google Meet* e via WhatsApp.

3. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão uma maior compreensão da realidade dessas trabalhadoras domésticas com fins de melhorias para tal profissão.
4. As participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.
5. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar às voluntárias pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pela pesquisadora.
6. O nome das participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.
7. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com **Juliana Nascimento Silva**, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: **(98) 984827262**, e-mail: juliana.ns@discente.ufma.br ou a professora orientadora Ana Caroline Amorim Oliveira, telefone (98)981394818, e-mail:oliveira.ana@ufma.br.

Eu, _____, RG nº

_____ declaro ter sido informado e concordo em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura da participante